



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Turismo Rural: Um Instrumento de Inclusão Social
Os passos do planejamento

Cleuber Vieira Alves Fortes

Doutora Iara Lúcia Gomes Brasileiro



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Turismo Rural: Um Instrumento de Inclusão Social
Os passos do planejamento

Cleuber Vieira Alves Fortes

Doutora Iara Lúcia Gomes Brasileiro

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Turismo e Desenvolvimento Sustentável.

Fortes, Cleuber.

Turismo Rural: uma ferramenta de inclusão social – os passos do planejamento / Cleuber Fortes. – Brasília, 2007.

XII, 89 f.:il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2007.

Orientadora: Doutora Iara Brasileiro.

1. Turismo. 2. Rural. I. Título. II. Título: uma ferramenta de inclusão social – os passos do planejamento.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Cleuber Vieira Alves Fortes

Aprovado por:

Professora Orientadora: Doutora Iara L. G. Brasileiro

Professora: Doutora Doris Aleida Villamizar Sayago

Professor: Especialista Rogério Ferreira de Souza Dias

Brasília, 20 de maio de 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida, pela inteligência que me concedestes a fim de idealizar e contribuir humildemente para a construção deste projeto de monografia. Agradeço pela atenção, dedicação e orientação da professora Iara Brasileiro, por seus ensinamentos e do quadro de professores do CET que muito contribuíram para a abertura de novos horizontes pessoais e profissionais na minha vida. Agradeço pela amizade e companheirismo dos colegas de curso, mormente pelo carinho e atenção de Rammana, Elisa, Alda e Cláudia. Agradeço aos meus pais, familiares e amigos que me apoiaram na decisão de seguir esta carreira com entusiasmo e compromisso. Por último, registro especial agradecimento ao amigo Miguel Garcia pelo incentivo e apoio moral nesta jornada que se deu num momento tão peculiar de minha vida.

EPÍGRAFE

“Felizes daqueles que têm o poder de controlar seus pensamentos e colocar em prática as atitudes que se espera de seus semelhantes.”
Cleuber Fortes; Brasília, março/2007.

RESUMO

Pretende-se com este trabalho, à luz do **Turismo e Desenvolvimento Sustentável** propor os passos de planejamento necessários à formulação de **produto turístico no espaço rural** como uma ferramenta de **inclusão social**, considerando-se os aspectos sociais, econômicos e ambientais que de algum modo interferem e influenciam na dinâmica do desenvolvimento rural. Para efeitos didáticos e melhor entendimento, o trabalho foi dividido em três partes: introdução, desenvolvimento e considerações finais. Na introdução foi apresentado o tema, o objetivo, a justificativa e a metodologia empregada para o desenvolvimento do trabalho. O desenvolvimento foi dividido em quatro capítulos da seguinte forma: Capítulo I – Turismo Rural – conceituação, histórico e evolução; Capítulo II – Desenvolvimento Sustentável – conceituação, os aspectos social, econômico e ambiental, e as relações com a inclusão social no meio rural; Capítulo III – Turismo Rural e Desenvolvimento – apresentação de sete diretrizes e estratégias considerando impactos socioeconômicos, culturais e ambientais; Capítulo IV – Turismo rural como instrumento de inclusão social – desenvolvimento da proposta de planejamento, as políticas públicas relacionadas com o tema, os diversos manejos de recursos e dejetos, os arranjos produtivos locais, o **Turismo Rural e a inclusão social**. Por fim, apresentam-se as considerações finais, bem como as referências bibliográficas consultadas para o desenvolvimento do trabalho.

ABSTRACT

It intends with this work, on the light of the Tourism and Sustainable Development propose the paces of necessary planning to the formulation of tourist product in the rural space as a tool of social enclosure, considering the environmental, economic, and social aspects that somehow interfere and influence in the dynamic of the rural development. For better understanding and educational enhancement, the work was divided in three parts: introduction, development and final considerations. In the introduction was presented the subject, the objective, the justification and the methodology employed for the development of the work. The development was divided in four chapters of the following form: Chapter I – Rural Tourism – conceptualization, historical and evolution; Chapter II – Sustainable Development – conceptualization, the environmental, economic, and social aspects, and the relations with the social enclosure in the rural environment; Chapter III – Rural Tourism and Development – presentation of seven directives and strategies considering social, economic, cultural and environmental impacts; Chapter IV – Rural Tourism as instrument of social enclosure – development of the proposal of planning, the politics Public related with the subject, the diverse management of resources and dejections, the local productive arrangements, the Rural Tourism and the social enclosure. Finally, it is presented the final considerations, and the bibliographical references consulted for the development of the work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal
CONAMA – Comissão Nacional do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTUR – Ministério do Turismo
ONU – Organização das Nações Unidas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual do Governo Federal
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1- Turismo Rural	5
1. Conceituação	5
1.1. Atividades no meio rural	6
1.2. Meio rural	7
1.3. Comprometimento com a produção agropecuária	7
1.4. Agregação de valor a produtos e serviços	8
1.5. Resgate e promoção do patrimônio cultural e natural	8
2. Turismo Rural na Literatura	9
3. Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil	13
3.1 Histórico	13
3.2 Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil	18
CAPÍTULO 2 – Desenvolvimento Sustentável	22
CAPÍTULO 3 – Turismo Rural e Desenvolvimento	27
Diretriz 1 – Ordenar Atividade Turística	28
1. Identificar legislação pertinente	28
2. Desenvolver estudos comparados das legislações vigentes	29
3. Promover discussões institucionais e intersetoriais para normatizar atividade	29
4. Estabelecer normas, regras e procedimentos específicos para a atividade	29
5. Classificar e cadastrar prestadores de serviços	30
6. Identificar demanda	30
Diretriz 2 – Informação e Comunicação	31
1. Fomentar produção e disseminação do conhecimento	31
2. Criar e disponibilizar rede de informação	31
3. Fortalecer e consolidar o turismo rural no Brasil	31
Diretriz 3 – Articulação	32
1. Valorizar e fortalecer fórum com representatividade nacional	32
2. Estimular criação e fortalecimento de instituições e órgãos representativos	32
3. Estabelecer convênios, acordos e parcerias	33
Diretriz 4 – Incentivar Atividade Turística	33
1. Identificar fontes de cooperação e captação	33
2. Negociar crédito diferenciado	34
3. Simplificar mecanismos de concessão de crédito	34
4. Definir critérios de alocação de recursos para financiamento de infra-estrutura	34
5. Fomentar e apoiar iniciativas de pequenos e micro empreendedores	35
6. Elaborar e efetivar estratégias e ações eficientes para a promoção e comercialização de produtos e serviços	35
7. Criar mecanismos que priorizem a qualidade de produtos e serviços	35
Diretriz 5 – Capacitar Agentes e Atores	35
1. Identificar diferentes necessidades de capacitação	36
2. Avaliar programas, metodologias e possíveis parcerias	36
3. Elaborar políticas, programas, planos e projetos específicos de profissionalização	36
4. Avaliar custos de qualificação e de aperfeiçoamento profissional	37
5. Apoiar e promover eventos locais, regionais, nacionais e internacionais	37
Diretriz 6 – Envolver Comunidades	37
1. Identificar territórios com vocação para o Turismo Rural	38
2. Promover encontros e intercâmbios	38

3. Planejamento do desenvolvimento territorial	38
Diretriz 7 – Infra-estrutura	39
1. Mapeamento regional	39
2. Identificar responsabilidades e competências dos envolvidos	39
3. Implantar infra-estrutura	40
CAPITULO 4 – Turismo Rural como Instrumento de Inclusão Social	41
4.1 A Proposta Participativa	46
4.1.1 Identificar a área a ser trabalhada	47
4.1.2 Condições Climáticas e Impactos	47
4.1.3 Identificar o espectro de atividades possíveis	50
4.1.4 Identificar dentro da comunidade toda a gama de interessados no processo e em que áreas poderá atuar	51
4.1.5 Determinar os benefícios diretos de cada interessado	51
4.1.6 Realizar um plano de manejo	52
4.1.7 Estabelecer um fórum para solução de conflitos	52
4.1.8 Relacionar regras específicas para atuação na área	52
4.2.1 Organizar a Visitação	58
4.2.1 Elaborar os Conceitos Primários de Visitação	59
4.2.2 Elaborar Regulamentos Específicos	62
4.2.3 Minimizar Impactos	64
Etapa 1 – Análise das políticas regionais	66
Etapa 2 – Análise dos objetivos das propriedades rurais	66
1. O que fazer com o lixo gerado?	67
2. Como serão trabalhadas as trilhas?	68
3. Qual o uso permitido das águas no interior da propriedade?	68
4. Como proteger a fauna e flora local?	68
5. Como será o contato da comunidade com o visitante?	69
6. Como organizar a venda de artesanato pela comunidade e o proprietário	69
7. Como organizar o serviço de atendimento local?	70
Etapa 3 – Zoneamento e análise da área no contexto geral	70
Etapa 4 – Definir manejo da área	71
Etapa 5 – Identificar características de cada área	73
Etapa 6 – Determinar capacidade de suporte de cada área	74
4.3 Conscientizar o Visitante	75
4.4 A Importância das Trilhas	77
4.5 O Turismo e a Inclusão Social	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

INTRODUÇÃO

O tema Turismo Rural, tem por definição, a prática de um modelo turístico que visa combinar as atividades meio e fim do ambiente rural, como a agricultura familiar orgânica; o uso racional e responsável dos recursos naturais disponíveis nas propriedades – recursos hídricos, florestais, pesqueiros, leiteiros, frutíferos, dejetos orgânicos de origem animal e vegetal, cultivo de espécies nativas, fontes alternativas de energia e outros – de forma a extrair o máximo proveito socioeconômico e ambiental do uso da terra com o objetivo de despertar o interesse daqueles que se identificam com a proposta de turismo rural racional, responsável e, portanto sustentável. Além disso, o modelo visa resgatar e promover o patrimônio cultural e natural das comunidades inseridas no contexto, com a particularidade de mitigar as pressões negativas ao meio ambiente e potencializar as oportunidades de geração de emprego e renda. Leva em conta, ainda, a valorização dos aspectos característicos da cultura do campo aliado ao fator de co-responsabilidade social – um instrumento de inclusão social.

No contexto atual do turismo internacional, a tendência mais recente refere-se à prática de atividades voltadas para o meio ambiente, ou melhor, para o Turismo Rural, pois a prática de atividade turística de sucesso e a proteção do meio ambiente são inquestionavelmente inseparáveis. Justamente por isso, os pontos turísticos de maior procura, atualmente, são os que possuem atributos naturais destacáveis e atraentes por si só, com arredores limpos e protegidos o que assegura ao turista, o bem-estar e a preservação do meio ambiente.

O turismo em espaço rural é ativado, nos países desenvolvidos desde o século passado¹. Na Europa, é intensa a atividade turística em espaço rural, especialmente na Espanha e em Portugal. Desenvolvem-se experiências em parcerias na Áustria (Eisenwursen - Alta Áustria), na França (Collombey-les-Belles - Lorena e no País Basco - Aquitânia), na Irlanda, (Cavan-Monaghan), no Reino Unido (Fermanagh - Irlanda do Norte), na Itália (Vinschgau/Van Venosta e Gargano), em Portugal (Margem esquerda do Guadiana - Alentejo).

Nos Estados Unidos, assim como no Brasil, a atividade ecoturística é considerada essencialmente saudável; pode comportar forte sinergia entre a prática esportiva e a natureza e, dentre as suas modalidades, destacam-se: caminhadas, campismo, canoagem, observação da natureza (turismo contemplativo), viagens a pé, cavalgadas, competições de bicicleta em trilhas, banhos de rio e de cachoeira.

No Brasil, o meio rural e a paisagem natural começam a ser despertadas como atrativo turístico, a partir da última década do Século XX, em fase de profunda mudança, tanto no aspecto ocupacional quanto no da interpretação do significado atual (Carneiro, 1997; Graziano, 1999). A importância turística do meio ambiente e da área rural, no País, levou Adyr Rodrigues (1996) a produzir extensa coletânea, que reúne estudos como o de Carminda Cavaco, para quem, segundo Graziano da Silva².

... os ensinamentos das experiências européias de desenvolvimento local indicam que se deve combinar as “propostas de valorização dos produtos agrícolas com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura tais como feiras e festas centradas em temas regionais e locais: produtos, trabalhos, tradições, jogos e cantares, comeres, sabores e cheiros...Em síntese, para lá do crescimento econômico (...) importa o desenvolvimento, que é simultaneamente econômico e social e também territorial, envolvendo processos

¹ Teixeira, Vanessa Lopes – *Turismo rural na região serrana do Estado do Rio de Janeiro* – Projeto Urbano – Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, 1998.

² Graziano da Silva, José, *et al* – *Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil* – Projeto Urbano – Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, 1999.

de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos.

De acordo com Sahtler,³ o mercado brasileiro tem o ecoturismo como “toda atividade realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas”. A Comissão Nacional do Meio Ambiente-CONAMA do Ministério do Meio Ambiente estuda a regulamentação da atividade turística sugerindo que os produtos ecoturísticos recebam incentivos públicos e as comunidades rurais se integrem no processo de valorização cultural e econômica local.

Considerando:

- As atividades turísticas como potencializadoras de desenvolvimento;
- Os impactos positivos e negativos causados por essas atividades no ambiente natural ou social, econômica e culturalmente;
- O conceito de desenvolvimento sustentável.

O objetivo do presente trabalho é apresentar os passos necessários à formulação de produto turístico rural, efetivamente sustentável, considerando os aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais característicos destas comunidades. Visa também, a valorização do patrimônio cultural e natural do meio rural com a finalidade de resgatar a cidadania do homem do campo por meio do estímulo a atividade turística rural com vistas a promover a inclusão social.

³ Sahtler, Evandro, *et alli* – *Ecoturismo e desenvolvimento sustentável* – Projeto Rurbano, Instituto de Economia, Unicamp, 1998

A metodologia utilizada foi baseada em levantamento teórico de literatura correlata nas áreas de administração, economia, biologia, ecologia, agronomia, direito e turismo. Consultas em revistas, jornais e *sítes* oficiais e de organismos de desenvolvimento em pesquisa contribuíram sobremaneira para o alcance dos objetivos deste trabalho.

CAPÍTULO 1 – TURISMO RURAL

1. Conceituação

O espaço não urbano, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – como rural, abriga diversos empreendimentos turísticos que podem caracterizar vários tipos e segmentos de turismo. Além disso, pequenos aglomerados (sedes municipais, sedes distritais, vilas, povoados) considerados urbanos pelo IBGE têm a economia vinculada direta ou indiretamente à atividade agropecuária, inclusive as do setor secundário e terciário, entre elas a turística.

Verifica-se que o centro de interesse do consumidor que se desloca para áreas rurais para fins turísticos está no conjunto que se constitui da atividade produtiva, da natureza e do modo de vida que diferem da paisagem e do ritmo urbano. Assim, entende-se Turismo no Espaço Rural como um recorte geográfico, onde o Turismo Rural está inserido. No entanto, as muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou de ócio de cidadãos que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas.

“...todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não.” (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998:14).

A conceituação de Turismo Rural fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Com base nesses aspectos define-se Turismo Rural como:

“O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária orgânica com práticas responsáveis, tradicionais e modernas, harmônicas e respeitadas para com as limitações da natureza local, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”⁴. Fonte: Embratur com adaptações.

Para melhor entendimento desse conceito é esclarecido os termos a seguir:

1.1 Atividades no meio rural

As atividades turísticas no meio rural constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos de:

- Hospedagem;
- Alimentação;
- Recepção à visitação;
- Recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural;
- Outras atividades complementares às acima listadas, desde que praticadas no meio rural, que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação.

⁴ Turismo Rural: Manual Operacional. [Brasília]: EMBRATUR, 1994.

1.2 Meio rural

A concepção de meio rural adotada baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Nos territórios rurais, tais elementos manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas, e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural, e que contempla as características mais gerais desse meio: a produção de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificadas pela atividade agrícola, pela lógica familiar, pela cultura comunitária e com os ciclos da natureza.

1.3 Comprometimento com a produção agropecuária

É a existência da ruralidade, de um vínculo com as atividades relacionadas com a terra. Desta forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo

ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida típico das populações rurais.

1.4 Agregação de valor a produtos e serviços

A prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida no campo, como manejo de criações, produção orgânica de vegetais e frutos, manifestações culturais e a própria paisagem passam a ser consideradas importantes componentes do produto turístico rural e, conseqüentemente, valorizadas e valoradas por isto.

A agregação de valor também se faz presente pela possibilidade de verticalização da produção em pequena escala, ou seja, beneficiamento de produtos *in natura*, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob forma de conservas, produtos lácteos, refeições e outros.

1.5 Resgate e promoção do patrimônio cultural e natural

O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, na definição de seus produtos, os empreendedores devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o

folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural.

Desta forma, todos os estabelecimentos turísticos localizados no espaço rural são importantes, devendo fazer parte da classificação dos prestadores de serviços turísticos e das associações de turismo rural, e constar nos guias turísticos com suas características explicitadas para o discernimento do consumidor. O objetivo é trabalhar a atividade turística de modo integrado e participativo, sempre considerando os arranjos produtivos locais de cada território, a fim de fortalecer os laços comunitários e vicinais, reforçar a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais, respeitadas as singularidades, com vistas aos benefícios para as comunidades.

2. Turismo Rural na Literatura

Para um Turismo Rural ordenado, sustentável e fortalecido no Brasil são necessárias ações regulamentadoras e articuladas, desenvolvidas por agentes governamentais em parcerias com o setor privado e comunidade, além de infraestrutura adequada e de capacitação profissional.

Apesar de ser extensa a literatura internacional que analisa a agricultura familiar e a pluriatividade – e que permite afirmar que os avanços teóricos e metodológicos mais significativos estão vinculados à corrente da sociologia rural –, há evidente carência de textos acadêmicos e de livros sobre o turismo rural no Brasil. Por isso mesmo, a pesquisa desta monografia foi fundamentada em livros, artigos de jornais, em projetos de lei e revistas, *folders* e trabalhos apresentados em encontros, conferências, debates, palestras e seminários, análise e interpretação. A

essa coleta de informações se juntam documentos oficiais, possibilitando a formação de importante acervo atualizado, mesmo porque o assunto é novo como foco de interesse.

A monografia admite os argumentos de Marsden (1990)⁵, de que o processo de reestruturação capitalista e o papel da agricultura familiar e da pluriatividade são distintos da proposta da sociologia rural e da economia política. Procura demonstrar os mecanismos e as estratégias, que viabilizam formas familiares de produção no campo e a combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família; caracteriza e define a pluriatividade como recurso do qual a família faz uso.

Teixeira⁶ (1998) analisa o crescente mercado de atividades não agrícolas no meio rural, responsáveis cada vez mais, pela ocupação econômica do campo, introduzindo novas estratégias familiares de reprodução. Para ela, a definição de turismo rural aponta para duas tendências: 1) preocupação com os elementos que compõem a oferta de agro-turismo, turismo verde e eqüestre, de caça, dentre outros; 2) distribuição dos rendimentos gerados pela atividade turística e recebidos pela comunidade rural ou pelos agricultores.

Sathler *et alli*⁷ vêem no ecoturismo parcela da premissa de que todo o benefício gerado pela atividade deverá ser revertido para o bem-estar da população da área. Lembram que o referido setor turístico é entendido como “viagens conscientizadas”, “áreas naturais que conservam o meio ambiente” e “atividade que coopera para o bem estar das comunidades locais”.

⁵Marsden, Terry – *Towards the political economy of pluriactivity* - Great Britain – Journal Rural Studies, 1990.

⁶ Teixeira, Vanessa Lopes – *Turismo rural na região serrana do Estado do Rio* - 1998

⁷ Sathler, Evandro, *et alli* – *Ecoturismo e desenvolvimento sustentável – um estudo de caso* – Universo, Niterói, 1997.

Oxinalde⁸ adverte em relação ao fato de que o primeiro problema que se enfrenta ao estudar o turismo rural é o das definições. A dificuldade se estende aos termos “turismo” e “rural” que ele considera ambíguos, pois o turismo rural engloba modalidades turísticas complementares que não se excluem. Diz ele que o turismo no meio rural é a soma de ecoturismo e dos turismos verde, cultural, esportivo, agro-turismo e turismo de aventura.

Cals, Capellá e Vaqué⁹ admitem que muitas atividades que se apresentam como produtos do turismo rural correspondem, simplesmente, a “práticas de ócio dos cidadãos desenvolvidas em espaços abertos, fora das cidades”. O meio rural serve apenas de base física e “suporte relativamente neutro de consumos turísticos que poderiam desenvolver-se em âmbitos tais como: práticas e competições esportivas, festas recreativas e outras”. Os mesmos autores ainda afirmam que o “crescimento da demanda de turismo rural e de ecoturismo deve inscrever-se dentro do amplo fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica feita pelas sociedades avançadas e altamente urbanizadas dos últimos anos do Século XX”.

Ruschmann¹⁰ mostra que o turismo deve ser planejado, principalmente quando se trata de proteção no meio ambiente. Mostra que o ecoturismo é uma atividade em plena expansão, mas deve haver educação pertinente, no sentido de valorização do meio ambiente. Essa alternativa turística pode incorporar a agregação de valores ao serviço prestado, devendo ser oferecida como base cultural e ecologicamente sustentável. Dessa forma é fácil preservar, mais especificamente, os recursos naturais.

⁸ Oxinalde, Miguel Del Regviero – *Ecoturismo – nuevas formas de turismo en el espacio rural* – Barcelona – Bosch Casa Editorial – 1994.

⁹ Cals J; J. Capellá e E, Vaqué – *El turismo en el desarrollo rural en España* - Madrid – Ministério de la Agricultura – 1995.

¹⁰ Ruschmann, Doris – *Ruralismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente* - Papirus – Campinas – 1997.

Figueira¹¹ refere-se ao *marketing* turístico como ferramenta útil e necessária à oferta de alojamento pelo turismo em espaço rural: os hotéis-fazenda, propriedades inseridas no espaço rural, relacionadas com atividades agropecuárias de pernoite; as fazendas-hotéis relacionadas com o campo em seu cotidiano e adaptando sua estrutura para receber o turista, sem perder a característica natural e permitindo-lhe conviver parcialmente com o ambiente da “roça”. O turismo visa à valorização do ambiente natural, tanto quanto o produto rural regional.

Szklarowsky¹² enfatiza que a consciência humana deve estar alerta para a degradação da natureza, sem, contudo, tornar o homem escravo de suas próprias legislações. “O Brasil, mais do que nunca, preocupa-se com suas riquezas naturais e prepara-se para a grande revolução do Século XXI, advinda de recentíssimas descobertas científicas”. Salienta que o País está cômico das suas responsabilidades, uma vez que a Carta Magna de 1988 chama a atenção para a defesa do meio ambiente e do patrimônio genético; o Brasil é partícipe da Convenção sobre a Diversidade Biológica; a Lei nº 8.974/95 regulamenta os incisos II e V do parágrafo 1º do art. 225 da Constituição Federal; a Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, regulamenta dispositivos constitucionais e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

¹¹ Figueira, Ana Paula – *A oferta de alojamento de turismo em espaço rural no Baixo Alentejo* – Bejaográfica - Beja – Portugal – 1998.

¹² Szklarowsky, Leon Frejda – *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* – Internet – “Site da Maturidade.htm” – 2001. Acessado em 10/3/07.

3. Desenvolvimentos do Turismo Rural no Brasil

3.1 Histórico

O Brasil, um país de tradição agrícola, viveu nas últimas décadas um êxodo rural sem precedentes. Isto vem causando o inchaço das cidades e agravando as deficiências de infra-estrutura como: moradia, saneamento básico, hospitais, escolas, urbanização, transportes – aspectos básicos de desenvolvimento que o poder público não gerencia seus recursos financeiros adequadamente para equacionar essas demandas em tempo. O resultado de todo este êxodo é a favelização das periferias, aumento da violência, crescimento do desemprego e, por conseguinte a exclusão socioeconômica e todas as suas variantes experimentadas por uma larga parcela da população urbana no Brasil.

Estatisticamente, uma das razões de fundo da persistência da pobreza é a concentração da riqueza, que tem sua origem nas dificuldades criadas ao acesso a bens de capital e às capacidades humanas para favorecerem o aumento sustentável da renda, daqueles que dependem da terra o seu sustento.

O acesso a terra é um direito inalienável do agricultor, pois este é o principal passo em direção à habilitação produtiva, aos instrumentos de apoio à produção e aos serviços essenciais. As restrições de acesso a terra fazem parte do elenco de direitos negados a uma sociedade surgida de um sistema senhorial mal resolvido, com raízes escravocratas, e ainda presentes em alguns aspectos da sociedade atual. Destes resquícios brotam as mais graves formas de desigualdade, ainda presentes na nossa sociedade.

O caminho para a extirpação da pobreza endêmica desta sociedade, desafio de longo prazo, passa pelo resgate da dívida social do País para com o seu povo. Um dos aspectos mais relevantes é garantir o acesso à terra às populações de

identidade rural e aos serviços públicos essenciais aos agricultores e às suas famílias, de tal forma que possam ter oportunidades de usufruir de políticas públicas capazes de acelerar transformações que suplantem as assimetrias sociais regionais e nacionais existentes.

Esses elementos indutores combinados não atuam apenas sobre a questão econômica, mas fertilizam todo um processo de diferenciação social, cujo elo mais relevante é a garantia do acesso à terra, política pública prioritária para o País e que conta com expressiva colaboração dos movimentos sociais organizados.

O turismo rural pode ser um instrumento de inclusão social a partir do momento que desperta o interesse de turistas que vêm no contato com a natureza um valor tangível, acessível e importante para os processos de conservação e manutenção dos recursos naturais em áreas rurais particulares. Por meio desta conduta, o turista passa a contribuir direta e indiretamente para a conservação do meio ambiente, e assume uma posição de co-responsabilidade social no momento em que sua visita ao destino rural demanda mão-de-obra especializada e qualificada para atender seus anseios e desejos ao vivenciar experiências no ambiente natural. Esta iniciativa tem por objetivo contribuir para a criação de novos empregos, geração de renda e valorização da cultura camponesa das comunidades locais inseridas.

Vale, no entanto, ressaltar que o turismo tem passado por transformações em seus conceitos para se adaptar a um mercado cada vez mais ávido de produtos diferenciados.

Esse cenário promissor exigiu mudanças na organização da atividade turística no País. A principal delas foi a segmentação do setor que hoje se volta para mercados específicos, visando, em primeiro lugar, à satisfação do cliente. Estão

sendo criados produtos diferenciados que privilegiam a experiência e os desejos do turista, com variedade de opções e preços mais acessíveis.

Dentre os novos segmentos originados dessas transformações, a busca de contato com a natureza tem demonstrado ser a vertente mais forte. Os novos conceitos de relação com o ambiente e as novas tendências de consumo despertam um turismo consciente, engajado e responsável, que proporciona aos visitantes a oportunidade de um contato mais estreito com a natureza. O Turismo Rural conduz a possibilidades de integração entre o ambiente e o visitante de forma conseqüente, promovendo uma nova relação do homem com o ambiente aliado aos aspectos socioeconômicos.

Informar-se e engajar-se a respeito do turismo rural é fundamental para os municípios brasileiros dispostos a aperfeiçoar seu produto turístico ou a ingressar neste cobiçado negócio. Não é para menos. Atualmente o turismo representa significativa fatia da receita cambial do Brasil, com previsão de crescimento contínuo nos próximos anos de acordo com dados da *World Tourism Organization*. Dados estatísticos conforme consta do documento “*Tourism Basic Statistics*, agosto de 2006”¹³, cuja receita cambial turística no Brasil em 1996 foi de \$0,8 bilhão enquanto, em 2005, a receita acumulada naquele ano foi de \$3,9 bilhões, um aumento de aproximadamente 490% no período.

Conduzido pela onda ecológica que tem invadido o mundo – resultado de uma crise decorrente do moderno processo civilizatório que ameaça o futuro do planeta -, o turismo rural pode despontar como uma das respostas aos males derivados da exploração inconseqüente do turismo em massa e como uma nova forma de utilização do ambiente natural.

¹³ <http://www.world-tourism.org/> Acessado em 28/3/07.

O conceito de desenvolvimento sustentável, proposto na Rio 92 – a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que reuniu representantes de 170 países -, estimulou o surgimento de um novo mecanismo turístico capaz de atender às necessidades do “consumidor verde”. Criam-se, assim, produtos ecologicamente corretos, que promovem o desenvolvimento baseado nas comunidades e procuram amenizar conflitos históricos no uso das áreas naturais.

As alterações ecológicas promovidas pela ação do homem não são novidade, embora hoje ocorram em uma velocidade difícil de ser acompanhada. É como se o homem, nas últimas décadas, tivesse procedido de forma a compensar ações não realizadas ao longo de milhares anos. Parafraseando Eugene Odum, “¹⁴o pai da ecologia moderna”, o homem adquiriu hábitos parasitários em relação ao meio ambiente.

Este processo de desgaste, repetido em larga escala, vem ocasionando o fim dos sistemas de sustentação da vida, mas também tem levado o homem a rever sua ação no espaço que ocupa. Hoje se buscam novas fórmulas de exploração dos recursos naturais, que evitem sua saturação e possam oferecer às próximas gerações um ambiente mais saudável.

Há uma clara compreensão em nível internacional de que estamos diante de um desafio. É perceptível a incapacidade dos ecossistemas terrestres sustentarem os atuais padrões das atividades econômicas e do consumo de materiais. Os bens disponíveis e a crescente população carente de seu uso estão em rota de colisão.

Pode-se dizer que o turismo rural é resultado de um processo evolutivo do homem em relação à atividade turística. Mais do que nunca, o homem busca no espaço natural uma maneira de esquecer o cotidiano, transportando sonhos e

¹⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/Eugene_Odum Acessado em 10/3/07.

imagens que retratem suas expectativas por paisagens imaginadas como a perfeição de uma tela, capazes de devolver-lhe o sentimento do inusitado, do rústico e do natural, sentimentos perdidos com os avanços e progressos das metrópoles.

O grande destaque dado pela mídia aos produtos naturais, a reorganização de áreas de proteção ambiental para a recepção de visitantes e a exploração de roteiros e rotas que apresentem apelo ecológico como fator de atração, tudo isso aliado ao desejo do consumidor, fazem com que, em pouco tempo, o Turismo Rural torne-se conhecido de todo agente interessado no desenvolvimento local do turismo. A qualidade do ambiente natural passou a constituir fator importante nos roteiros de viagens. Hoje turistas buscam lugares capazes de proporcionar novas opções de contato com a natureza. O ambiente natural exige um olhar mais cuidadoso, e considerar essa nova relação do homem com a natureza é tão importante quanto se preocupar com a distribuição de renda, a criação de empregos, a saúde, temas tão caros à atualidade.

O turista é um indivíduo em busca de emoção, de realização, de novos horizontes. É, antes de tudo, alguém capaz de contribuir para o incremento do desenvolvimento, mover a economia, proporcionar novas possibilidades de emprego e geração de renda, pois, com sua demanda, requer ações e políticas públicas e privadas.

As ofertas de turismo rural encorajam turistas que, por princípio, são visitantes conscientizados e habilitados a freqüentar áreas sensíveis no meio rural e que necessitam ser conduzidos, de maneira adequada, para o perfeito aproveitamento da viagem. Isto é possível com o planejamento eficaz, envolvendo os mais diversos atores do processo, com vistas ao uso adequado dos recursos naturais. Tal

planejamento deve ser constantemente revisto, ajustando passos e revendo erros, para garantir a utilização dos recursos para os presentes e as futuras gerações.

3.2 Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil

O turismo é uma atividade que sofre mudanças e inovações constantes, em função de novas exigências da demanda e da contínua e acirrada competitividade dos mercados. Em virtude desta realidade, as empresas que têm seus ramos de atividades relacionados ao setor vêm seguindo a tendência de especialização no que diz respeito à oferta de seus produtos, de forma a torná-los cada vez mais segmentados, com a finalidade de atender as necessidades de uma demanda específica. Isto influi diretamente na oferta de novos tipos de turismo, a exemplo do Turismo Rural, como uma atividade capaz de melhorar os rendimentos de proprietários rurais e valorizar os modos de vida tradicionais, a ruralidade e o contato harmonioso com o ambiente natural.

Embora a visitação a propriedades rurais seja uma prática antiga e comum no Brasil, apenas recentemente passou a ser considerada uma atividade econômica e caracterizada como Turismo Rural. Esse deslocamento para áreas rurais começou a ser encarada com profissionalismo na década de 80, quando algumas propriedades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, devido às dificuldades do setor agropecuário, resolveram diversificar suas atividades e passaram a receber turistas.

Desde então, este segmento vem crescendo rapidamente pelo País com características diferenciadas. Na maioria dos casos, ocorre de forma empírica, e confundindo-se em múltiplas concepções, manifestações e definições, sendo denominado, também, de agroturismo, ecoturismo, turismo do interior, turismo no

espaço rural, alternativo, endógeno, verde, campestre, agroecoturismo, ecoagroecoturismo e como denominação deste estudo, Turismo Rural. Essa profusão de entendimentos deve-se em grande parte, à ausência de ações capazes de ordenar, incentivar e oficializar o turismo rural como um segmento turístico, fazendo com que vasta diversidade cultural e geográfica do País, ao invés de caracterizar e identificar o lugar tenda à descaracterização. No intuito de minimizar esta confusão, o Ministério do Turismo lançou em 2006 uma “cartilha” com os marcos conceituais da segmentação turística¹⁵.

Por outro lado, são louváveis as muitas iniciativas em prol da atividade, sejam elas promovidas pelo poder público ou pela iniciativa privada, associações, instituições de ensino e pesquisa ou por pessoas físicas, que contribuíram significativamente para a geração de conhecimentos das múltiplas possibilidades do Turismo Rural.

A prática do Turismo Rural, no Brasil e em outros países, vem proporcionando alguns benefícios, como:

- Diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios;
- Melhoria das condições de vida das famílias rurais;
- Interiorização do turismo;
- Difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
- Diversificação da oferta turística;
- Diminuição do êxodo rural;
- Promoção de intercâmbio cultural;

¹⁵ <http://www.turismo.gov.br/> Acessado em 10/3/07.

- Conservação dos recursos naturais;
- Reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- Geração de novas oportunidades de trabalho;
- Em alguns casos, melhoramento da infra-estrutura de transportes, comunicação, saneamento;
- Criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais;
- Melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis;
- Integração de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção;
- Promoção da imagem e revigoramento do interior;
- Integração das propriedades rurais e a comunidade;
- Valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho;
- Resgate da auto-estima do homem do campo.

A partir do final da década de 90, conforme televisionado em reportagem do Globo Rural apresentado em 1998¹⁶, esses aspectos positivos do Turismo Rural no Brasil foram amplamente difundidos, fazendo com que um significativo número de empreendedores investisse nesse segmento, muitas vezes de forma pouco profissional ou sem o embasamento técnico necessário. Consequentemente, aspectos negativos de sua implantação também começaram a se manifestar, relacionados, de modo geral, à sobrecarga da estrutura rural pelo número elevado de visitantes e de veículos, problemas legais, degradação ambiental, e descaracterização do meio e da própria atividade.

¹⁶ Globo Rural. Turismo rural na pequena propriedade – Trem da Serra, Brasília, Brasil, 1998.

Com base no sucesso e nos problemas dessa atividade vivenciados nos últimos anos, na experiência dos empreendedores, na evolução técnica, na organização social e na articulação política, essa tipologia turística busca sua consolidação. Este momento de amadurecimento do turismo rural evidencia-se na própria apresentação do conceito oficial de Turismo Rural (MTUR, 2006), revelando-se um importante marco na história e caracterização da atividade no Brasil.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios. Se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável (DS), buscando conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental e, ainda, o gradual decréscimo da pobreza no mundo.

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: 1- o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (...).

Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, de 1982¹⁷, pode-se perceber que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio

¹⁷ <http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/meioamb/agenda21/anteced/index.htm>
Relatório de Brundtland. Acessado em 30/3/07.

ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável.

No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80 - que as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais ainda não conseguiram e talvez não consigam superar tão cedo-, a busca do desenvolvimento sustentável requer:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e conhecimentos técnicos em bases confiáveis e constantes;
- um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento desequilibrado;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente inovações e novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento, ou seja, que não sustente o protecionismo em todas as suas variáveis em detrimento de sacrifícios e necessidades de outros;
- um sistema administrativo flexível e capaz de se auto-corrigir.

A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. É preciso frisar ainda, a participação de movimentos sociais,

constituídos principalmente na forma de ONGs (Organizações Não-Governamentais), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências que gere emprego e renda.

Segundo o mesmo relatório, uma série de medidas devem ser tomadas pelos Estados nacionais: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis/alternativas; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) satisfação das necessidades básicas. No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório são as seguintes: a) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; b) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; c) guerras devem ser banidas; d) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

No que tange ao privado, recomenda-se que o conceito de desenvolvimento sustentável, assim que é assimilado pelas lideranças de uma empresa – e passa a ser almejado como uma nova forma de se produzir sem trazer prejuízos ao meio ambiente e, indiretamente, à sociedade em geral –, deve se estender a todos os níveis da organização, para que depois seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção da empresa no meio ambiente. Em seguida, é necessário que se crie, entre os membros da empresa, uma cultura que tenha os

preceitos de desenvolvimento sustentável como base. O passo final é a execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologia adaptada a este preceito.

Seria interessante que a implementação das estratégias de desenvolvimento sustentável não seja executada de uma só vez, como uma “revolução”, mas como uma “evolução”, de forma gradual, passo a passo. É preciso ainda que haja uma integração entre os diversos setores da sociedade de forma que um programa de melhorias sócio-ambientais numa região se dê de forma conjunta e harmoniosa. O poder público, tanto no âmbito municipal como nos âmbitos estadual e nacional, deve atuar de maneira a proporcionar adequadas condições para o cumprimento de um programa de tal proporção, desde a feitura de uma legislação apropriada ao desenvolvimento até a realização de obras de infra-estrutura, como a instalação de um sistema de água e esgoto que prime pelo não-desperdício e pelo tratamento dos dejetos, tanto no espaço urbano quanto no espaço rural.

Algumas outras medidas providenciais para a implantação de um programa minimamente adequado de desenvolvimento sustentável são: uso de novos materiais na construção; redistribuição de zonas residenciais e industriais; aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica; reciclagem de materiais aproveitáveis; não-desperdício de água e de alimentos; menor uso de produtos químicos prejudiciais à saúde nos processos de produção alimentícia. Realizar um programa de desenvolvimento sustentável exige, enfim, um alto nível de conscientização e de participação tanto do governo e da iniciativa privada como da sociedade. Para tanto, não se deve deixar que estratégias de tal porte e extensão fiquem à mercê do livre mercado, visto que os danos que se

visam resolver são causados justamente pelos processos desencadeados por um modelo de capitalismo que aparenta ser cada vez mais selvagem e desenfreado. Ainda mais se levarmos em conta o fato de que um dos requisitos básicos do conceito de desenvolvimento sustentável é a satisfação das necessidades básicas da população, principalmente dos pobres de maneira geral.

CAPÍTULO 3 – TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento do Turismo Rural, o próprio MTUR elaborou uma cartilha de segmentação do turismo, abordando diretrizes e estratégias que servem de instrumento para o direcionamento de empresários interessados no tema. Para fins deste trabalho, propõe-se em linhas gerais para o desenvolvimento do turismo rural, sete diretrizes e estratégias com o objetivo de nortear o planejamento, a organização, o controle e avaliação para a elaboração de um projeto de turismo rural independentemente da localidade e das dimensões socioeconômica e ambiental do projeto.

Vale ressaltar que, a ordem de apresentação das diretrizes e estratégias enumeradas neste capítulo não deve ser entendida como uma seqüência a ser seguida, já que a prioridade de cada uma varia regionalmente de acordo com o estágio de desenvolvimento da atividade turística, os arranjos institucionais e intersetoriais e a disponibilidade de recursos. Embora enumeradas para melhor apresentação dos conteúdos, tais diretrizes devem ser trabalhadas em um contexto macro, conjunto, onde a inter-relação das ações e dos agentes é condição fundamental para o sucesso de sua implantação.

No caso brasileiro, tal integração vem ganhando expressividade com a criação dos Conselhos Municipais, Fóruns Estaduais, Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais, Conselho Nacional de Turismo e do próprio MTUR.

Ao considerar a singularidade e a diversidade das características turísticas e rurais no Brasil, e a proposição do MTUR em estimular o turismo de maneira integrada e regionalizada, orienta-se a organização do segmento com vistas aos arranjos produtivos e à noção de território a partir do município, passando pelo âmbito estadual. Esse processo envolve a sociedade civil organizada, o poder

público e a iniciativa privada, com ênfase na participação das associações, das cooperativas, dos conselhos de turismo, das instituições de ensino, pesquisa e extensão, do sistema “S” – SESI, SESC, SENAI. A partir desse arranjo institucional devem ser identificados os principais setores, segmentos e atores direta e indiretamente envolvidos com a atividade turística no meio rural, para a consolidação de grupos representativos que encontrem nestas diretrizes o direcionamento para ações. Desta forma, a construção dos arranjos sugeridos pressupõe uma compreensão da atividade de turismo rural como uma forma de promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como principal estratégia a constituição de redes de parceiros em diferentes níveis e núcleos de atuação, que garantam a fluência permanente de informações e o planejamento integrado. A seguir, são apresentadas as sete diretrizes e estratégias gerais proposta neste trabalho com a finalidade de apoiar no desenvolvimento de projetos de turismo rural independentemente de sua localidade, dimensão física e estrutural ou qualquer outra variável socioeconômica e ambiental, são elas:

Diretriz 1 – ORDENAR ATIVIDADE TURÍSTICA

Adequar e estabelecer normas, critérios e procedimentos técnicos e legais que orientem e estimulem a atividade turística.

ESTRATÉGIAS

1. Identificar legislação pertinente

O Turismo Rural esta sujeito a legislações que contemplam os aspectos ambientais, trabalhistas, comerciais, previdenciários, sanitários, turísticos, tributários, fundiários e agrícolas, no âmbito federal, estadual e municipal. Registram-se, portanto, questões de interpretação e de abrangência que desestimulam e até inviabilizam a atividade. É necessário o levantamento e a análise dessas legislações e dos entraves para desencadear ações de adequação e de normatização, considerando as instancias legais pertinentes.

2. Desenvolver estudos comparados das legislações vigentes

Estudos e comparações devem ser efetuados por profissionais que dominem a legislação de cada setor e âmbito para embasar a elaboração de normas simplificadas que favoreçam a tomada de decisões.

3. Promover discussões institucionais e intersetoriais para normatizar atividade

Os setores, atividades, associações e instituições envolvidas direta e indiretamente com o Turismo Rural devem promover e participar de debates para que todos possam contribuir de forma objetiva na organização do setor, racionalizando ações e recursos e, assim, minimizando problemas.

4. Estabelecer normas, regras e procedimentos específicos para a atividade

A singularidade da prestação de serviços no Turismo Rural deve ser considerada para a adequação da legislação vigente e criação de normas para equipamentos, produtos e serviços, a fim de valorizar as características da oferta, proporcionar segurança à demanda, eliminar conflitos legais, assegurar a qualidade e a competitividade.

5. Classificar e cadastrar prestadores de serviços

Os governos estaduais devem responsabilizar-se pela classificação dos seus prestadores de serviços de Turismo Rural. A elaboração de um cadastro nacional desses prestadores de serviços, com base nos dados e informações levantados pelos Estados é indispensável para o ordenamento da atividade, e deve ser efetivado em articulação com associações e órgãos oficiais de turismo e áreas afins, de âmbito nacional, estadual e municipal.

6. Identificar demanda

A análise das características e das variáveis da demanda deve ser considerada na oferta de produtos e serviços turísticos, que por sua vez virão atender às expectativas do consumidor, além de tornar mais eficientes as ações de promoção, divulgação e comercialização.

Diretriz 2 – INFORMAR E COMUNICAR

Produzir, disponibilizar e disseminar informações para orientar o planejamento, gestão e promoção da atividade.

ESTRATÉGIAS

1. Fomentar produção e disseminar conhecimento

A qualidade do Turismo Rural depende do desenvolvimento de pesquisas e da interação de diversas áreas do conhecimento, com vistas à aplicação de novas tecnologias e envolvendo a área acadêmica na realidade do mundo rural. As pesquisas, estudos e técnicas que de alguma maneira possam beneficiar a atividade turística rural precisam ser incentivadas e divulgadas, a fim de nortear produtores, empresários, pesquisadores, alunos e instituições públicas e privadas.

2. Criar e disponibilizar rede de informação

O conhecimento produzido e a informação devem ser disponibilizados e divulgados de forma eficiente e por meios adequados, considerando a capacidade de entendimento dos diversos interessados.

3. Fortalecer e consolidar o Turismo Rural no Brasil

Promover discussões sobre Turismo Rural, divulgar casos de sucesso e também os possíveis problemas, deflagrando campanhas informativas e de divulgação, e despertar o interesse das comunidades são ações indispensáveis para a consolidação e o sucesso da atividade.

Diretriz 3 – ARTICULAÇÃO

Estimular e promover a cooperação entre os envolvidos no processo de desenvolvimento e fortalecimento da atividade.

ESTRATÉGIAS

1. Valorizar e fortalecer fórum com representatividade nacional

Os assuntos de maior relevância inerentes ao Turismo Rural devem ser tratados em fórum, comissão, associação ou similar, que represente o segmento de cada Estado da Federação como fonte referencial para discussão, encaminhamento de propostas e de negociações junto aos poderes competentes.

2. Estimular criação e fortalecimento de instituições e órgãos representativos

O desenvolvimento ordenado da atividade depende do poder de união dos envolvidos em organizações, as quais devem trabalhar pelos interesses comuns, prestando assistência e orientação, fiscalizando e também criando, acompanhando e

disseminando novas tecnologias e informações. Tais organizações devem estruturar-se a partir de bases locais e, por intermédio de instituições estaduais e regionais, chegarem à representação nacional.

3. Estabelecer convênios, acordos e parcerias

As parcerias, a troca de experiências e a união de esforços e recursos das instituições em todos os âmbitos e setores com interesses afins devem ser viabilizadas e priorizadas para maior agilidade de ações e de recursos.

Diretriz 4 – INCENTIVAR ATIVIDADE TURÍSTICA

Viabilizar e disponibilizar recursos visando à implantação, adequação e melhoria de infra-estrutura, produtos e serviços.

ESTRATÉGIAS

1. Identificar fontes de cooperação e captação

A cooperação técnica e financeira de fontes nacionais e internacionais constitui estratégia fundamental para o fomento do Turismo Rural, devendo ser incentivadas e seus resultados divulgados.

2. Negociar crédito diferenciado

A diminuição das taxas de juros, a adequação dos valores oferecidos e a extensão do prazo de financiamento para empreendimentos de Turismo Rural, negociados junto aos agentes financeiros, tornam-se ações básicas para a capitalização do empreendedor e o desenvolvimento da atividade. As próprias características desse tipo de turismo devem ser melhor entendidas pelos agentes financeiros e órgãos financiadores para a criação e operacionalização de linhas específicas.

3. Simplificar mecanismos de concessão de crédito

As exigências, procedimentos, condições e garantias para a concessão de crédito para o Turismo Rural precisam ser readequadas e simplificadas para o desenvolvimento, a qualidade e a longevidade dos empreendimentos e dos produtos.

4. Definir critérios de alocação de recursos para financiamento de infra-estrutura

Faz-se necessário que sejam destinados recursos para o setor público e privado para a criação e adequação de infra-estrutura básica e de apoio ao Turismo Rural, condição essencial para viabilizar o desenvolvimento do segmento.

5. Fomentar e apoiar iniciativas de pequenos e micro empreendedores

As atividades dos micro e pequenos empreendedores rurais que visem a estruturação e consolidação do turismo em seus negócios, desde que tecnicamente viáveis, devem ser valorizadas e prioritariamente incentivadas, especialmente pelos governos e agentes financeiros.

6. Elaborar e efetivar estratégias e ações eficientes para a promoção e comercialização de produtos e serviços

A promoção e a comercialização de roteiros, produtos e serviços turísticos rurais devem ser planejados e desenvolvidos de forma integrada e regionalizada, considerando suas especificidades e limitações quanto ao número de turistas a serem recebidos, a fim de valorizar o atendimento personalizado e tipicamente familiar.

7. Criar mecanismos que priorizem a qualidade de produtos e serviços

Normas, certificações e instruções de inspeção específicas para a comercialização dos produtos, serviços e roteiros de Turismo Rural que visem a qualidade e credibilidade do segmento devem ser criadas e incentivadas.

Diretriz 5 – CAPACITAR AGENTES E ATORES

Preparar os agentes e atores envolvidos na atividade para atuarem com foco na qualidade.

ESTRATÉGIAS

1. Identificar diferentes necessidades de capacitação.

Verificar as diferentes necessidades de qualificação nos empreendimentos, nas comunidades, e as respectivas competências e habilidades profissionais que cada função requer é o primeiro passo para a prestação de serviços de qualidade, considerando as características específicas de cada arranjo produtivo.

2. Avaliar programas, metodologias e possíveis parcerias.

Verificadas as diversas necessidades de capacitação, devem ser avaliadas as ações em andamento, e buscados os parceiros aptos a uni-las, adequá-las em conjunto, evitando sobreposições.

3. Elaborar políticas, programas, planos e projetos específicos de profissionalização.

As ações de capacitação específicas para o segmento, devem ser consideradas como prioritárias pelo governo federal, estadual e municipal, e desenvolvidas em parceria com organismos públicos e privados, com a participação das comunidades interessadas.

4. Avaliar custos de qualificação e de aperfeiçoamento profissional.

A capacitação profissional e o constante aperfeiçoamento para acompanhamento de novas tendências, técnicas e tecnologias são imprescindíveis para a sustentação e a competitividade dos empreendimentos na dinâmica do mercado turístico. Atenção especial deve ser dada à mulher, ao jovem, ao idoso, ao assentado, ao agricultor familiar, aos portadores de necessidades especiais e outros que forem identificados como potenciais beneficiados e envolvidos na atividade.

5. Apoiar e promover eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

A definição de conceitos, novos segmentos e rumos, e também a necessidade de ordenamento, de normatização e o próprio desenvolvimento do Turismo Rural deve ser discutido em fóruns, congressos, oficinas, cursos e outros que se fizerem necessários para viabilizar e consolidar esta atividade no País, buscando-se sempre o aprimoramento técnico e novas parcerias. Porém, cabem aos órgãos oficiais respeitados as hierarquias, a oficialização de tais definições.

Diretriz 6 – ENVOLVER COMUNIDADES

Motivar e envolver a comunidade de forma participativa, sensibilizando-a sobre os benefícios do Turismo Rural ordenado e integrado, valorizando os talentos locais.

ESTRATÉGIAS

1. Identificar territórios com vocação para o Turismo Rural

O diagnóstico dos locais e territórios nos quais a comunidade e a região tenham vocação e interesse em desenvolver o Turismo Rural deve preceder a elaboração de quaisquer programas e ações com as comunidades.

2. Promover encontros e intercâmbios

A realização de ações visando o engajamento da comunidade e a troca de experiências deve ser incentivada e apoiada, e contar com a participação da sociedade civil organizada, de técnicos e empreendedores, de instituições públicas e privadas, e debatidas as possíveis consequências positivas e negativas da implantação do Turismo Rural.

3. Planejamento do desenvolvimento territorial

O planejamento do Turismo Rural deve ser desenvolvido, sempre, com base local, valorizando as características e necessidades das comunidades nativas e do território, de forma integrada e participativa, e contar com o suporte de profissionais que possuam conhecimento técnico e experiência sobre o assunto, visando diminuir as possibilidades de insucesso.

Diretriz 7 – INFRA-ESTRUTURA

Adequar e implantar infra-estrutura básica e turística no meio rural, de forma integrada ao ambiente e às especificidades sociais e culturais locais.

ESTRATÉGIAS

1. Mapeamento regional

A observação do conjunto de localidades com vocação para o Turismo Rural, suas características e necessidades, e a análise conjunta quanto à implantação e aprimoramento da infra-estrutura no contexto regional devem ser consideradas ações prioritárias no planejamento da atividade.

2. Identificar responsabilidades e competências dos envolvidos

Na implantação e adequação de infra-estrutura turística e de apoio ao Turismo Rural deve ser definido o que compete ao setor público e em que âmbito e área, e quais as atribuições do setor privado, enfatizando-se qual é a responsabilidade de cada um nesse processo, para que as ações desenvolvam-se de forma conjunta, evitando que sejam proteladas ou implantadas em duplicidade.

3. Implantar infra-estrutura

Identificadas as necessidades de infra-estrutura, faz-se necessário que entidades públicas e privadas, associações e comunidade, articuladas, apresentem e negociem suas propostas e projetos junto aos órgãos e instâncias competentes, considerando a necessidade de valorização das características do território.

Conforme mencionado anteriormente, cabe ao empreendedor executor decidir conforme o caso, qual seqüência a ser seguida. A leitura inicial das diretrizes e estratégias contribuirá para a decisão a ser tomada, já que o objetivo é atentar-se às diversas variáveis que podem influenciar positiva ou negativamente, sem, contudo exaurir todas as variantes de um projeto.

Nesse sentido, a Diretriz 3, por exemplo, que trata de articulação deve ser especialmente considerada como um fator preliminar. A necessidade de articulação se evidencia pela constatação de que as principais ações bem sucedidas no desenvolvimento do turismo no mundo estão respaldadas por importantes alianças.

Com o planejamento do projeto pensado de forma macro, observado as diretrizes e estratégias propostas, o conteúdo seguinte deste trabalho é a apresentação do Turismo Rural como um instrumento de inclusão social – os passos do planejamento.

CAPÍTULO 4 – TURISMO RURAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

– os passos do planejamento

Como dito anteriormente, o segmento da atividade turística que se desenvolve em propriedades produtivas, aliando práticas de agropecuária sustentáveis e valorizando o contato direto do turista com a cultura do local, é denominado Turismo Rural.

Entre os diversos produtos a serem ofertados no Turismo Rural, poderão constar visitação e contemplação a áreas naturais, trilhas, cavalgadas, passeios de carreta, bicicleta, arvorismo, aprendizado e cultivo de espécies nativas e outras possibilidades que ofereçam contato do visitante com a natureza. Embora seu foco principal não esteja na questão ambiental e, sim, no contato direto com as lides campeiras e a cultura da região, essas atividades de pecuária e agricultura são desenvolvidas pelos proprietários do empreendimento.

Dentre as características que identificam um projeto de Turismo Rural, pode-se relacionar;

- A ocorrência em um ambiente autêntico e natural;
- A otimização das estruturas já existentes na propriedade;
- A condição de ser um empreendimento familiar;
- O fato de contar com atendimento personalizado dos proprietários;
- A oferta de atividades, serviços e produtos vinculados a rotina do empreendimento;
- O uso por parte dos proprietários de técnicas responsáveis de manejo da fauna e flora;

- A prática da agricultura orgânica e uso de produtos produzidos na própria propriedade na atividade turística;
- A utilização racional das fontes de energia.

Além disso, o Turismo Rural busca a valorização do patrimônio cultural e natural, conservando raízes e divulgando costumes, trabalhando com a perspectiva de manutenção do homem no campo e servindo como novo segmento a ser agregado a atividade econômica principal da propriedade.

A diferença entre um produto ecológico e um produto tradicional deve ser o foco de toda a rede envolvida em sua formatação, seu gerenciamento, sua organização e comercialização, que imprimirá uma visão ecológica ao negócio.

Com isso, espera-se que no futuro, todo produto turístico seja ecologicamente correto, ou seja, obedeça aos critérios de sustentabilidade. Da mesma forma se espera que toda ação do homem cumpra essa premissa. Quais são, portanto, os critérios básicos que o Turismo Rural deve apresentar e que o identificarão como um produto turístico preocupado com as questões ambientais? Esta resposta poderá levar a discussões amplas quanto ao tipo de turismo praticado em determinada viagem. Em suma, o Turismo Rural proposto nesse trabalho deve:

- Ocorrer em uma área rural, importante do ponto de vista de expressividade quanto às características de raridade, endemismo ou beleza cênica. Essa premissa se refere ao nível de atratividade capaz de despertar o interesse de turistas variados, possibilitando a promoção da sustentabilidade dos projetos.
- Partir de uma organização participativa, que leva em conta o envolvimento da comunidade local, utilizando-a como agente complementar do programa.

Esse envolvimento é o cerne do projeto, uma vez que busca as soluções, para possíveis dificuldades futuras quanto à administração do projeto, na divisão de tarefas e responsabilidades.

- Providenciar a utilização do espaço cultural dentro da preocupação de gerar impactos reduzidos, através de um zoneamento adequado, garantindo a sua sobrevivência no futuro. Trata-se de ponto fundamental para o ecoturismo, capaz de promover programas sustentáveis e possibilitar a viabilidade de investimentos financeiros.
- Desenvolver a mesma preocupação tanto no cuidado do ambiente natural quanto na manutenção da cultura local, servindo esta como aliada da qualidade do produto oferecido. A proposta do Agroecoturismo é trabalhar constantemente com três vertentes: ambiental, sociocultural e econômica. Assim, uma não pode ser negligenciada em benefício da outra.
- Estar inserido numa rede de ações atenta às questões ecológicas locais, possibilitando o uso de recursos alternativos em seus empreendimentos.
- Possibilitar uma experiência ecológica enriquecedora ao visitante, seja por meio de passeios, comentários, observações, pesquisas ou treinamentos. O visitante busca, basicamente, uma experiência significativa capaz de satisfazer seus desejos, e um programa de turismo rural deve ser trabalhado com a atenção voltada para a manutenção de seu potencial e a satisfação de seus usuários.

A despeito da importante questão econômica decorrente da atração de visitantes oriundos de outros locais, o Turismo Rural deverá considerar sua ação como aliada na luta pela preservação dos valores naturais e culturais locais, regionais e nacionais, servindo como apoio às comunidades.

Também é necessário conciliar as questões econômicas e ecológicas, o que não constitui em tarefa fácil, pois isto requer um planejamento adequado, com ponderação de pontos algumas vezes contraditórios na organização do produto turístico. Desta maneira, deve-se partir da premissa de que se pretende desenvolver um turismo diferenciado, que visa o lucro, mas age localmente pela conservação do ambiente e da cultura.

O contato do visitante com o meio natural deverá ser pensado de maneira a garantir o menor impacto possível e ao mesmo tempo atender suas expectativas. A visita deverá ser ordenada com o intuito de proporcionar uma experiência prazerosa, tanto àquele que chega ao local quanto ao que opera o produto turístico. Para isto, é indispensável o conhecimento do potencial natural do local antes de iniciar-se um projeto de Turismo Rural, com atenção às características especiais e áreas de importância regional. Deve-se identificar seu poder de atração, acessos, integridade e contribuição gerada pela organização do processo à proteção ambiental.

Espécies raras ou em perigo de extinção, paisagens ameaçadas, espécies endêmicas e a prática de técnicas sustentáveis de manejo ambiental são particularmente importantes para a base dos recursos do Turismo Rural, embora não sejam obrigatórias. Na realidade, qualquer espaço natural poderá servir como atração para o turismo sustentável, tornando-se necessário um adequado direcionamento desse potencial, para atender o fluxo que será gerado. A característica do local quanto à sua expressividade natural é que irá determinar, em um primeiro momento, o tipo de turismo a ser desenvolvido e a demanda a ser trabalhada. Um projeto de Turismo Rural pode ser desenvolvido em regiões atrativas que valorizam:

- A base de produção agropecuária ecológica, de manejo adequado de animais e plantas com o mínimo de intervenção no ambiente natural;
- Uso de técnicas naturais de controle de pragas e vetores;
- Máximo proveito das fontes energéticas alternativas disponíveis e possíveis de serem exploradas;
- Uso e reuso dos recursos naturais, utilizando-se de práticas e técnicas que evitem o desperdício;
- Valorização do conhecimento tradicional e estímulo ao uso de tecnologias modernas que sobreponham às técnicas de manejo agressivas ao meio ambiente;

em regiões privilegiadas por características geográficas, como:

- Chapadas e tabuleiros;
- Fauna e flora;
- Fontes minerais e termais;
- Grutas, cavernas e furnas;
- Lagos e lagoas;
- Montes, morros e colinas;
- Pedras e rochedos;
- Picos/ e cumes;
- Praias fluviais e lacustres;
- Rios e quedas de água;
- Serras e vales;

Os limites quanto ao uso desses recursos como atração turística dependerá da qualidade do local a ser aproveitado e do seu papel diante da questão conservacionista. Desta forma, áreas com intensa ação antrópica oferecerão possibilidades maiores de intervenção, embora percam valor quanto à excepcionalidade. Áreas de alto valor ecológico deverão ter um manejo minucioso, permitindo pequena ou nenhuma intervenção humana, a fim de garantir sua qualidade ambiental.

Um exemplo claro seria a utilização de áreas remanescentes ou em recuperação em propriedades particulares, passíveis de um contato maior do visitante, embora dentro de critérios que sirvam como apoio nessa recuperação. Em locais de alto valor ecológico, como os ninhais, o contato do visitante deverá ser pensado de modo a não interferir nos cuidados e atenções das espécies para com seus filhotes.

4.1 Uma proposta participativa

Na organização do manejo participativo aqui proposto pelo Turismo Rural como instrumento de inclusão social, propõe-se identificar alguns passos de relevância para o planejamento e execução de um projeto. Vale salientar que, a proposta não se esgota apenas com os itens levantados na sequência. Pelo contrário, um projeto baseado na iniciativa participativa deve sempre ser reavaliado e adaptado às necessidades que os atores e agentes envolvidos entenderem como importantes para o desenvolvimento progressivo e sustentado do que se pretende aplicar numa determinada região considerando sempre os aspectos socioeconômicos, ambientais, políticos e legais da localidade.

4.1.1 Identificar a área a ser trabalhada

Aqui se torna necessário diferenciar área pública de área privada, uma vez que ambas servirão como fator de atração para o visitante. Devem-se identificar quais os limites a serem empregados, seja através da participação efetiva e direta dos interessados, ou da seleção de grupos de estudo por áreas específicas, com representação garantida a todos que tenham interesse no processo.

A comunidade local e os operadores devem trabalhar em conjunto na identificação das potencialidades da área e do turismo a ser proposto. O primeiro passo relaciona-se à seleção da equipe preliminar que irá trabalhar no manejo participativo, analisando as possibilidades e necessidades para a organização do grupo. Uma boa alternativa é incentivar proprietários de áreas rurais contíguas ou não a participarem do desenvolvimento do projeto sempre com a participação da comunidade rural local.

4.1.2 Condições Climáticas e Impactos

Os aspectos ligados às condições climáticas regionais devem ser considerados como importantes fatores na criação de um produto turístico. Sabe-se que áreas de maior incidência solar são melhor aceitas na hora do planejamento de uma viagem do que as áreas em que ocorrem níveis de precipitação mais elevados, sobretudo no período diurno, quando se dá a maior parte das atividades. A temperatura também pode influir nessa decisão, gerando períodos maiores e menores de sazonalidade, decorrentes da opção de visita em períodos mais quentes.

Deve-se ter claro que a utilização de áreas rurais para o turismo ocorre em virtude do visitante ter sua atenção centralizada na flora, fauna, geologia, aspectos culturais e tradicionais do cotidiano no campo. Desta forma, o cuidado no manejo desses recursos é indispensável para o sucesso do empreendimento, e o uso do potencial natural jamais pode extrapolar a capacidade de manejá-lo, com monitoração regular dos impactos gerados pela atividade.

Os impactos irão variar de acordo com a organização do local. É certo que, muito mais que o simples conceito de número de visitantes excessivo ou não, tem-se de atentar para a qualidade da visita e quem recepciona. O tipo de uso, o comportamento do visitante diante da atratividade do local, as condições biofísicas e a época do ano em que cresce a procura de visitantes são fatores que precisam ser identificados.

Dentro do conceito de minimização de impactos, a idéia de limitação do número de visitantes foi conceituada como capacidade de carga ou de suporte de áreas específicas¹⁸. Assim, a incidência de uso terá relação direta com a quantidade de impactos e será também influenciada por:

- Condições de infra-estrutura (estrada, hospedagem, alimentação, qualidade dos serviços oferecidos);
- Capacidade física (espaço, trilhas, segurança);
- Capacidade ecológica (período de reprodução, endemismo, tipo de solo, fragilidade do ecossistema);

¹⁸ O termo tem sua origem no conceito de produção animal em pastagens, onde se determina o número máximo de animais que uma área pode abrigar.

- Capacidade cognitiva (percepção ambiental, disponibilidade de desfrute dos recursos);
- Capacidade social (comunidades tradicionais, tipo de visitante).

Permitir a todos a possibilidade de contato mais íntimo com o espaço natural é obrigação daqueles que, de alguma forma, têm uma relação mais direta com esse espaço. Em primeiro lugar, porque em razão desse contato atraindo-se adeptos para a causa da conservação dos recursos naturais, já que só se pode respeitar, amar e cuidar daquilo que se conhece. Em virtude da atividade turística, têm-se também os recursos necessários para o desenvolvimento local e a manutenção dos espaços utilizados, garantindo sua sobrevivência e a qualidade de atração, favorecendo a capacidade de manejar os recursos.

A comunidade local deve participar como agente ativo em todo o processo, discutindo as ações, propondo soluções e envolvendo-se diretamente na manutenção dessas áreas. Deve-se entender a utilização dos recursos naturais como algo que terá interferência direta na vida da comunidade e de todos aqueles que, por algum motivo, utilizam essas áreas.

Entre os atores envolvidos diretamente na organização do uso de áreas naturais estão:

- Moradores de áreas próximas ou proprietários de áreas com potencialidade natural;
- Grupos organizados da sociedade;
- Autoridades locais.

- Organizações não-governamentais com interesses diretos nas questões ambientais e sociais;
- Órgãos governamentais com responsabilidades ecológicas e turísticas;
- Organismos religiosos;
- Associações comunitárias;
- Associações culturais;
- Iniciativa privada;
- Universidades e instituições de pesquisas;
- Instituições financeiras;
- Agências bilaterais de cooperação;
- Consultores;
- Profissionais da área turística.

Os usos das áreas naturais poderão variar conforme as características e o trabalho dos interessados. Entre eles podemos encontrar os que possuem direitos sobre a terra ou sobre os bens naturais; os que dependem diretamente da relação a ser estabelecida com a chegada dos visitantes; os que possuem conhecimentos e aptidões para o manejo dos recursos; aqueles que têm relações históricas e culturais com os recursos; os que dependem economicamente do uso direto dos recursos; os responsáveis pela conservação e pelo desenvolvimento da região e os que buscarão recursos econômicos nas atividades propostas.

4.1.3 Identificar o espectro de atividades possíveis

Além de se estabelecer a utilização da área, é preciso identificar as funções que ficarão sob a responsabilidade de cada interessado e em que nível irá se dar esse envolvimento.

A organização deve se basear em um processo participativo em que os interessados assumam seus papéis e responsabilidades, aliviando a carga de trabalho de cada um e de cada empreendedor participante.

Este processo identificará a potencialidade e o envolvimento de cada participante no conjunto de possibilidades turísticas e de manejo a serem oferecidas aos visitantes.

4.1.4 Identificar dentro da comunidade toda a gama de interessados no processo e em quais áreas poderão atuar

É importante identificar as potencialidades dos interessados, formando um grupo complexo e variado, que exerçam diversos papéis e busquem uma contribuição cada vez maior através de conhecimentos, cultura, capacidades, tempo e trabalho.

Devem-se envolver os interessados potencialmente afetados ou preocupados com a área a ser trabalhada ou com o processo turístico a ser proposto. Instituições locais com experiência no manejo de áreas naturais e preocupados com a questão ambiental no âmbito socioeconômico podem ser bons parceiros. Para melhor desempenho do grupo, é necessária a seleção de um facilitador independente que organizará os passos a serem desenvolvidos em cada etapa da organização do empreendimento.

4.1.5 Determinar os benefícios e direitos de cada interessado

Devem-se harmonizar os interesses diversos, garantindo o futuro da comunidade envolvida e compensando as perdas às quais a mesma possa ter sido

sujeita. Tal atitude irá gerar, naturalmente, um clima de maior confiança e respeito entre as partes.

4.1.6 Realizar um plano de manejo

Esse plano determina os objetivos da área, o zoneamento, as atividades propostas e as expectativas futuras quanto à conservação ambiental e ao desenvolvimento da comunidade local.

É fundamental salientar que o plano de manejo é um documento técnico que indica o uso da área a ser trabalhada através de variadas informações que se possam recolher na sua identificação. Desta forma, o plano de manejo não pode ser um fim em si mesmo, impedindo ações iniciais ou mesmo terminando a atuação na sua conclusão. Deve, ao contrário, servir como aliado do processo, favorecendo a possibilidade de intervenções na área e garantindo a qualidade do produto a ser ofertado.

4.1.7 Estabelecer um fórum para a solução de conflitos

Esse fórum tem por objetivo resolver problemas ou negociar soluções, buscando a cada momento o bem comum, harmonizando os interesses diversos entre os atores, agentes e empreendedores envolvidos direta ou indiretamente na atividade turística. Sempre tendo em mente potencializar os pontos positivos e mitigar os pontos negativos dos fatos que deram origem ao conflito.

4.1.8 Relacionar regras específicas para atuação na área

As regras podem ser feitas através da organização dos conceitos primários de visitação, prevendo o manejo, a avaliação e a revisão dos dados, de acordo com as

necessidades, respondendo às questões que serão estabelecidas durante o efetivo desenvolvimento do projeto.

Na organização do processo participativo do Turismo Rural, pode-se seguir alguns passos que facilitarão o início e o desenvolvimento do projeto. O primeiro ponto será identificar os interesses envolvidos e partir para uma organização que contemple os interessados. Esses passos podem ser assim resumidos:

- Avaliação dos recursos naturais e culturais da área, do município ou região, por meio de um levantamento prévio;
- Identificação dos principais interessados, fazendo-se os primeiros contatos, a fim de se estabelecer uma organização inicial sobre seus interesses;
- Avaliação de problemas iniciais na relação comunidade com a área a ser desenvolvida;
- Avaliação da possibilidade de se organizar a equipe para o manejo participativo;
- Designação de um facilitador que conduzirá o processo por meio de reuniões com os atores, agentes e empreendedores interessados;
- Apoio à negociação dos conflitos, quando necessário;
- Obtenção de uma visão comum, determinando direitos e responsabilidades dos interessados;
- Difusão do acordo;
- Condução de atividades de manejo;
- Acompanhamento do desenvolvimento das atividades e dos resultados, administrando-se conflitos e fazendo-se cumprir o acordo;

- Realização de revisões e avaliações regulares com todos os interessados pertinentes;
- Desenvolvimento de estudo para avaliação dos potenciais turísticos e o foco das atividades a serem aplicadas no projeto;
- Estímulo ao resgate de práticas, costumes, tradições e hábitos saudáveis da cultura local e regional;
- Valorização e estímulo ao artesanato local como forma de integração e meio de incremento da renda;
- Possibilidade de se desenvolver um circuito turístico local ou mesmo regional mediante a integração, envolvimento e participação de proprietários de terras contíguas ou não.

Como se trata de um processo discutido e organizado de forma participativa torna-se clara a necessidade de que os benefícios econômicos gerados devam chegar até a comunidade local, quer seu envolvimento seja menos ou mais direto.

Vale frizar que, quando se pensa em turismo sustentável deve-se planejar ações que assegurem o envolvimento da população local, indicando com clareza de que forma os lucros advindos da atividade turística fluirão para a comunidade, garantindo seu desenvolvimento. O envolvimento comunidade/projeto redundará em maiores possibilidades de sucesso em longo prazo, já que coloca a comunidade como parceira em ações de estruturação do produto e de proteção ao meio ambiente através da busca de consenso, apesar da multiplicidade de opiniões.

Essa visão focada na participação local diferencia o produto sustentável, pois: ocorre de forma mais lenta, uma vez que a comunidade em geral, não possui recursos financeiros significativos para o investimento; e dá ao projeto um prazo

mais elástico para sua implantação, o que tornará o processo mais seguro quanto à aplicação dos recursos financeiros disponíveis, à evolução dos diversos estágios a serem implantados e à segurança da utilização dos recursos naturais, com o emprego das diversas capacidades de uma aliança respaldada na busca que o consenso pode trazer.

A organização baseada nesse “manejo participativo” relaciona uma aliança estabelecida entre os interessados locais no desenvolvimento do projeto, buscando a proteção dos recursos e distribuindo entre si as funções de manejo direto e responsabilidades no uso do ambiente.

Todo planejamento deve ser pensado com olhos para o futuro, uma vez que é impossível prever todas as conseqüências que as ações acarretarão, mesmo que no dia-a-dia se possa acompanhar mudanças imediatas e compreender as tendências do negócio. É, portanto, fundamental a realização de avaliações, revisões e melhorias ao longo do processo, uma vez que o objetivo principal passa a ser a busca de um plano de manejo que incorpore os diversos setores interessados, produzindo efeitos positivos para o desenvolvimento da comunidade e a proteção dos recursos naturais.

Um processo pensado em longo prazo diminui a euforia inicial da comunidade com a chegada maciça de visitantes, que, em futuro próximo, poderá não mais ocorrer ou gerar problemas difíceis de serem enfrentados por uma população pouco acostumada a mudanças repentinas.

As ações desenvolvidas passo a passo prepararão a comunidade para o turismo, sem criar falsas expectativas, possibilitando um desenvolvimento ordenado e seguro, com investimentos criados em um ambiente mais seguro e estável.

Nesse planejamento, é peça indispensável à identificação, na comunidade, de lideranças capazes de promover o real envolvimento de futuros empreendedores. Esses garantirão a existência do produto turístico local, selecionando o tipo de empreendimento necessário, suas reais necessidades de modificação arquitetônica ou estética, e em que momento esses investimentos deverão ser agilizados.

A organização do projeto através do “manejo participativo” tem maiores chances de sucesso, uma vez que proporá ações que busquem um destino comum, tanto no interior das propriedades rurais, administradas por seus respectivos proprietários, quanto nas áreas situadas em seus limites, públicas ou privadas, sob forte influência das comunidades. Com o envolvimento no planejamento e manejo do processo, essas comunidades terão gerado um nível maior de consciência ambiental, ao criarem zonas de amortecimento fundamentais para a conservação das espécies.

Quanto aos empreendedores de fora da comunidade, é necessário compreender o tipo de turismo que propõem e o envolvimento que terão num processo sustentável, capaz de gerar desenvolvimento à comunidade local e garantir a manutenção dos recursos naturais.

A utilização de estruturas já existentes para o recebimento do visitante – meios de hospedagem, restaurantes, casa de artesanato ou outras atividades – deverá cumprir um processo de identificação de necessidades na formatação do

produto. Desta forma, evita-se sobreposição de atividades e lacunas no atendimento ao visitante, atingindo maior eficácia no que diz respeito ao planejamento e manejo do Turismo Rural.

O cuidado na organização dos empreendimentos diminui o alto risco do investimento no turismo, que será uma resposta às necessidades da organização do produto, com base em um critério de permanência no mercado e de diversidade de propostas.

Essa organização se fundamenta nos passos a serem seguidos, que criarão condições de relações diretas da comunidade com os proprietários rurais envolvidos na administração do processo. Para cada etapa deve-se buscar:

- Consultar os interessados no desenvolvimento do projeto;
- Buscar o consenso;
- Identificar, de forma participativa, alternativas de incremento das atividades turísticas, por conseguinte, renda;
- Negociar cada tomada de decisão, buscando acordos específicos;
- Compartilhar a responsabilidade no cumprimento das decisões.

É fundamental compreender o processo de planejamento como uma atividade dinâmica, contínua, que requer ajustes e discussões sistemáticas, buscando fatores imponderáveis e otimizando objetivos selecionados. Com base nessa tomada de decisões, em contínuo processo de retroalimentação, é que se pode prever um futuro melhor ou pior para os empreendimentos em turismo rural.

Aqueles que se baseiam em um planejamento que lhes possibilite adaptações diante de fatores externos inesperados responderão ao mercado e garantirão sua

sobrevivência com mais facilidade, em processo progressivo, que valoriza as experiências anteriores e redireciona as ações, sem, no entanto, partir eternamente do ponto inicial. A minimização dos impactos não é responsabilidade única dos promotores do turismo. A comunidade deve participar das decisões que influenciarão positiva ou negativamente sua vida.

4.2 Organizar a visitação

A atração de visitantes para áreas rurais está intimamente ligada aos processos de ordenação da visita, de acordo com as características e possibilidades de cada local. Deve-se oferecer uma visitação que transmita com clareza e objetividade as informações referentes às regras e aos regulamentos estabelecidos pela administração local, tanto na visita propriamente dita como no contato com a comunidade local e na utilização dos serviços turísticos regionais.

A falta de informações claras pode ser responsável por uma série de danos e prejuízos, causados pela visitação desordenada. Do mesmo modo, o processo de organização do Turismo Rural não pode prescindir da participação da comunidade. A determinação das regras e dos regulamentos necessita da efetiva participação da comunidade local, que garanta sua preparação para qualquer contato oriundo do projeto a ser implantado.

O primeiro momento na organização de regras e regulamentos do processo de implantação do Turismo Rural deve considerar as características básicas da área, priorizando os cuidados de conservação e identificando as normas impostas legalmente. Essas características devem ser identificadas e sintetizadas pelos envolvidos.

No segundo estágio, são definidas as regras para a visitação, de acordo com as opções a serem oferecidas aos visitantes, como acampamento, descarte de lixo, visita a sítios históricos, comportamento diante de animais, visita aos corpos de água, recolhimento a partir de determinado horário, respeito à cultura do campo, o que é permitido ou não fazer dentro da propriedade rural e outras regras que se acharem necessárias, pois este é um processo dinâmico e contínuo.

Na etapa final, surgem os regulamentos gerais da visitação, que devem ser acompanhados por uma estrutura capaz de fiscalizar danos gerados depois da implantação do projeto, revendo pontos e adaptando novas orientações, quando necessário.

Além da comunidade local, a participação da iniciativa privada e do setor público é importante na elaboração dos regulamentos, para evitarem falhas na estruturação do projeto. A ordenação da visita em áreas rurais pode ser elaborada em três estágios principais descritos a seguir:

4.2.1 Elaborar os conceitos primários de visitação

A visitação deve partir de algumas informações básicas quanto às possibilidades de uso da área rural e do contato com as comunidades locais. Para tanto, é preciso estabelecer os conceitos primários de acordo com as necessidades de todos os atores envolvidos.

As comunidades deverão informar quanto aos costumes locais, às possibilidades de contato em celebrações sociais e religiosas, aos hábitos e às expectativas da população quanto ao processo de visitação, inclusive no que se refere aos problemas possíveis de serem gerados nas relações entre visitantes e

moradores, principalmente de vilarejos e pequenas cidades circunvizinhas a propriedades rurais que desenvolvem a atividade turística no meio rural.

Os operadores turísticos devem informar as possibilidades de visitação, os roteiros e programas específicos e as limitações de cada um em relação ao tempo e ao número de visitas permitidas, bem como quanto ao comportamento dos visitantes.

As organizações não-governamentais de cunho socioeconômico e ambiental podem se tornar valiosos parceiros na condução do processo de estabelecimento dos conceitos primários de visitação, fornecendo quadro técnico especializado e definindo limites e cuidados na utilização do ambiente natural e no contato com as comunidades envolvidas.

As pessoas diretamente envolvidas no processo de recepção e acompanhamento do visitante devem ajudar a implantar padrões e códigos de conduta para visitantes, guias e condutores locais.

Na elaboração dos princípios básicos, sugere-se seguir alguns passos que facilitarão a organização do panorama esperado da visitação no local:

- Identificar o público-alvo a ser trabalhado, definindo se os interessados serão visitantes em geral, grupos específicos, operadores, guias, serviços de alojamento, serviços de recepção;
- Determinar o ponto principal a ser trabalhado durante a elaboração dos princípios, definindo como tema central a conservação e a contemplação da natureza, o contato com a comunidade rural, a valorização cultural, os

costumes e tradições típicas do homem do campo, a religiosidade local, a educação ambiental;

- Reunir todos os interessados no processo, levantando as informações e necessidades de cada grupo;
- Estabelecer as estratégias para alcançar os objetivos, avaliando constantemente se os resultados estão sendo alcançados, identificando critérios capazes de fornecer informações que determinem com clareza os objetivos predeterminados;
- Elaborar documento contendo os princípios básicos e criar uma rede de distribuição do mesmo, atingindo o público-alvo previamente determinado.

Para atingir os objetivos determinados de forma mais rápida e clara, é importante lançar mão de uma linguagem adequada, utilizando exemplos que esclareçam as conseqüências de atitudes errôneas de forma positiva, servindo como estímulo a atitudes conscientes e não aparentando posições negativas.

Sempre que possível, é interessante a utilização de desenhos, gráficos e figuras capazes de auxiliar nas explicações, fornecendo sugestões sobre como aproveitar melhor a visita, de forma mais segura e satisfatória.

Tão importante quanto a elaboração dos princípios básicos de visitação é sua constante avaliação. Para tanto, pode-se pensar em questionários a serem distribuídos ao público-alvo, analisando até que ponto as viagens ocorrem de maneira a valorizar os objetivos predeterminados.

4.2.2 Elaborar regulamentos específicos

Da mesma forma que as diretrizes se tornam importantes instrumentos do manejo da visitação a áreas rurais, a estipulação de regulamentos é peça fundamental no controle de impactos oriundos da visitação.

O conjunto de regulamentos do processo de turismo rural deve privilegiar todas as possíveis ações provenientes do processo de visitação a ser implantado, identificando de forma clara alguns dos seguintes aspectos:

- De que forma será tratado o lixo e como o visitante deve proceder com seu próprio lixo. Identificar o tratamento a ser dado aos resíduos em pousadas, hotéis e qualquer outro modo de hospedagem envolvidos no processo e como isso ocorrerá nas comunidades e propriedades rurais inseridas no circuito turístico da região;
- Aonde vai se dar a visitação e de que forma será ordenada. Além de hotéis e pousadas, há outras possibilidades, como acampamentos, que devem ter regulamentos específicos quanto à localização e utilização dos recursos naturais do local;
- Comportamento do visitante nas trilhas, nas estradas, na água, nas montanhas, nos vales;
- Comportamento visando a proteção das espécies animais no cuidado com a distância adequada entre visitantes e seu *habitat* natural, som, locais de observação, alimentação, contato com animais, animais de estimação, perigos;
- Comportamento visando a proteção e trato adequado aos recursos hídricos, utilização da água, acampamento próximo a rios e outros cursos de água,

deslocamentos, mergulho, uso de atividades de aventura (*rafting*, canoagem, barco);

- Tamanho dos grupos em visitação, distância entre grupos, nível de ruído permitido, orientação dos guias e condutores, possibilidades de passeios;
- Compra e venda de produtos naturais, artesanato local, lembranças, *souvenirs*;
- Contato com a comunidade, valorização da cultura local, possibilidades de integração com as tradições da comunidade;
- Possibilidades de fotografias da comunidade e de áreas naturais;
- Vestuário adequado, limites no contato com a comunidade, uso de bebidas alcoólicas e fumo;
- Pagamento de serviços, taxas e ingressos;
- Possibilidade de concessões em áreas particulares – via de integração no processo de organização do turismo rural local.

Os regulamentos devem servir de orientação clara e o mais transparente possível aos visitantes, ajudando-os a perceberem a importância de um comportamento adequado e do cumprimento dos itens relacionados a fim de garantir a excelência de sua visita e a diminuição de impactos gerados pelo turismo no local.

Como princípios básicos de visitação, os regulamentos deverão ser revisados sempre que necessário, incluindo ou adequando novas determinações às reais necessidades para a proteção das áreas destinadas a visitação. Os centros de visitantes, hotéis e pousadas, restaurantes e agências de viagem podem servir de postos para o conhecimento dos regulamentos da visitação, esclarecendo pontos importantes e identificando as possibilidades decorrentes do uso inadequado dos

locais a serem visitados. Esta iniciativa tem por princípio educar e preparar o visitante para o destino a que se destina visitar.

4.2.3 Minimizar impactos

Uma das questões primordiais de um projeto de turismo responsável é saber até quando se pode utilizar uma área para a prática do turismo. A resposta variará de acordo com as características do local e com a expectativa em relação ao uso. A utilização dessas áreas implica entendimento de alguns conceitos que garantirão a qualidade e a responsabilidade do projeto.

O empreendedor deverá estar atento aos impactos originados da atividade turística, buscar meios de minimizá-los, seja no cuidado com o ambiente, com os visitantes, com a comunidade local.

Como impacto negativo pode-se definir toda ação que resultará em dano à qualidade de um fator ou parâmetro ambiental. Segundo o artigo 1º da Resolução nº 01 do Conama¹⁹ impacto ambiental é

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas (...).

Esses impactos podem afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente ou a qualidade dos recursos ambientais.

¹⁹ <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano.cfm?codlegitipo=3> Acessado em: 30/3/07.

A despeito de seus princípios de preservação e o respeito ao meio ambiente, o turismo rural não está isento de impactos. Cuidados preventivos e corretivos devem ser mantidos para a minimização desses impactos, buscando-se compreender as mudanças que poderão ocorrer, tendo em vista a variabilidade e a vulnerabilidade do ambiente.

Os impactos afetarão direta ou indiretamente o recurso natural utilizado, comprometendo o produto de atração para o turismo rural e o sucesso do empreendimento. Esse sucesso dependerá basicamente da qualidade dos recursos disponíveis, das opções oferecidas e da qualidade dos serviços, bem como do seu comprometimento com as questões ecológicas locais.

Ao relacionar a capacidade de carga, a idéia básica remete ao conceito de que, quanto maior o número de visitantes, maiores serão os impactos. Errado. O problema está na definição do número de visitantes que pode ser considerado excessivo. Muitas vezes esse número parece mágico, não expressando a realidade da visitação da área. Além disso, não se pode garantir que a redução do número de visitantes diminuirá o impacto, ou que a elevação desse número o aumentará. O impacto pode estar sendo gerado por outros fatores, como falta de planejamento, de manejo adequado ou envolvimento comunitário.

O processo de determinação dos limites aceitáveis dependerá de seis etapas básicas que servirão como orientadores em todo o processo de planejamento e execução.

No processo de organização do produto de turismo rural, a questão de minimização de impactos é essencial e cada passo deve ser seguido rigorosamente,

a ponto de determinar o sucesso ou o fracasso dos empreendimentos e das políticas de conservação local, regional e nacional.

Etapas 1 – Análise das políticas regionais

É fundamental conhecer os processos de organização ambiental da região, com suas expectativas e possibilidades. Assim, a legislação ambiental, o plano diretor e o plano de desenvolvimento turístico local são instrumentos valiosos na determinação da qualidade e da quantidade de turistas a serem trabalhados.

Torna-se importante a elaboração de um plano de desenvolvimento baseado no turismo rural, levantando-se questões contraditórias na ótica ambiental e fundamentando-se o projeto nas reais possibilidades de desenvolvimento oferecidas para a região. Esse plano levará à conclusão sobre os princípios a serem seguidos pelos visitantes, operadores e comunidade envolvida no processo, garantindo um desenvolvimento adequado.

Por meio dos princípios, tem-se em mãos as possibilidades de uso das áreas, a identificação das possíveis atividades e o regulamento indicando a postura de quem opera com turismo rural na região, bem como o comportamento esperado dos visitantes.

Etapas 2 – Análise dos objetivos das propriedades rurais

Cada propriedade rural deverá contar com um plano de manejo em que estarão determinados os seus objetivos e as possibilidades de uso público. Com base nesses documentos, pode-se iniciar a formatação do plano de desenvolvimento de turismo rural para uma região, tendo como principal produto a ser oferecido as

áreas rurais aptas a receberem turistas. É importante a identificação do potencial da área, com delimitação de suas reais possibilidades no que se refere ao uso do espaço, de maneira a servir como área recreativa, prioritariamente, ou como área protegida com possibilidade de receber visitação. Sem o conhecimento da relação dos objetivos dos empreendedores com os do projeto turístico, não se pode alcançar sucesso.

Caso não se tenha o plano de manejo da área a ser trabalhada, torna-se fundamental providenciar sua realização ou a de um plano de ação emergencial, que garanta o mínimo de organização para a prática de visitação.

O uso de áreas rurais sem planejamento poderá representar um dano irreversível ao ambiente natural, afetando diretamente o produto turístico. Ao mesmo tempo, a inexistência de um plano de manejo não deve servir de razão para manter-se isolada do uso público uma área com clara identificação e potencial turístico. Tal atitude promove o descaso por parte da comunidade e não cumpre as metas de instalação, podendo gerar desconforto e desconfiança quanto ao potencial ali existente.

Na análise dos objetivos da propriedade rural, deve-se prever o uso permitido. Assim, é importante identificar alguns aspectos:

1. O que fazer com o lixo gerado?

Uma parceria com o governo municipal é fundamental para o melhor trato e destino do lixo gerado pela visitação. Entre as diretrizes de manejo da área, deve-se estimular no visitante a responsabilidade pelo lixo gerado. Na zona rural, a falta de coleta de lixo e mau destino dado ao lixo por força do hábito, muitas vezes são

responsáveis pela contaminação dos próprios recursos naturais de uso contínuo nas propriedades, como o solo e a água. Dentro de uma área natural não se deixa nada, a não ser pegadas. Porém, é fundamental uma escala de recolhimento e uma destinação correta para o lixo. Não resolve livrar a área de dejetos e não oferecer condições adequadas para seu destino no interior da propriedade rural, no município ou na região.

2. Como serão trabalhadas as trilhas propostas?

Deve-se identificar o comportamento a ser assumido pelo visitante quando em contato com o ambiente no percurso de trilhas. É indispensável identificar o número máximo de pessoas por grupo e de grupos que podem percorrer uma trilha no mesmo dia, bem como limitar o número de encontros intergrupais durante a visita.

3. Qual o uso permitido das águas no interior da propriedade?

Devem-se relacionar as atividades a serem oferecidas nos mananciais de água – quando possível –, como pesca esportiva ou recreativa, canoagem, *rafting*, banho, mergulho, *cascade*. O tipo de proteção que está sendo proposto para esses mananciais e para os praticantes da atividade, também deverá ser identificado.

4. Como proteger a fauna e flora local?

Devem-se identificar ações concretas de proteção das espécies animais e vegetais presentes na propriedade rural. Que pesquisas podem ser desenvolvidas? Que tipo de comportamento se espera dos operadores e visitantes? O que se conhece sobre as espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção e o que poderá ser feito em seu benefício?

A orientação deve ser capaz de regular atividades no que se refere à distância adequada para observação da fauna, aos locais propícios para observação, contemplação e fotografia, aos cuidados com relação à alimentação e ao contato direto com os animais silvestres, ao recolhimento de frutos, sementes e flores, ao uso de madeira para fogo.

5. Como será o contato da comunidade com o visitante?

As atividades culturais e religiosas da comunidade que poderão constar do projeto devem ser selecionadas. Essa identificação deve ser feita de forma cuidadosa e respeitosa, para evitar distúrbios sociais e invasão de privacidade dos moradores. Há festas e cerimônias que devem ser resguardadas, quando assim a comunidade desejar, mantendo as tradições vivas e autênticas.

6. Como organizar a venda de artesanato pela comunidade e o proprietário?

É fundamental um projeto específico para o artesanato local, que garanta aos artesãos a possibilidade de desenvolver suas aptidões e serem reconhecidos economicamente pelo seu trabalho. Contudo, é importante definir que tipo de produto será oferecido, discutindo-se a viabilidade de artesanato feito com produtos naturais da região, e como esse procedimento deverá ocorrer, de acordo com os conceitos primários de visitação. O artesão deve ter consciência do que produz e do preço justo, evitando pechinchas de visitantes ou supervalorização dos produtos a serem comercializados.

7. Como organizar o serviço de atendimento local?

A hospedagem em pousadas rurais ou na sede dos municípios circunvizinhos é uma excelente maneira de incentivar a comunidade a participar e obter retorno financeiro com o turismo rural. No entanto, deve-se pensar na capacitação a ser oferecida aos proprietários a fim de garantir a qualidade de seus serviços. Os restaurantes devem priorizar pratos típicos, valorizando a culinária tradicional, muitas vezes esquecida, e fornecer oportunidades de treinamento, reciclagem e capacitação.

Etapa 3 – Zoneamento e análise da área no contexto geral

O zoneamento da área permitirá a definição de condições que protejam a integridade dos recursos e ofereçam oportunidades diversas para os visitantes. Por meio do zoneamento, discutido com a comunidade e com os possíveis administradores e proprietários rurais da região, chega-se a possibilidades diferenciadas quanto ao uso dos espaços, de acordo com suas características naturais, que tornará mais fácil o manejo dessas áreas.

O zoneamento²⁰ ambiental trata dos espaços territoriais, de quaisquer dimensões, e de suas condições ambientais, procurando compatibilizar as necessidades do homem, relativas à ocupação e ao uso do solo, com a capacidade de resposta do território que se pretende ocupar.

²⁰ O zoneamento é um método de planejamento utilizado para disciplinar o uso de diferentes áreas de um território com características diferenciadas e onde poderão ser propostas atividades e conceitos de preservação e conservação independentes.

Propõem-se duas possibilidades de se trabalhar. A primeira se refere ao zoneamento por área, como o que ocorre em uma Unidade de Conservação através do plano de manejo; a segunda se relaciona a um zoneamento mais amplo, envolvendo a região de abrangência do projeto turístico. Tanto um passo quanto outro são fundamentais, pois servirão para auxiliar a organização do fluxo de visitantes em áreas de amortecimento ou mesmo em áreas que servirão como zonas de recepção e atividades mais intensas.

As áreas de amortecimento surgirão sempre que a atividade antrópica se aproximar das áreas definidas para a manutenção do patrimônio, preservação permanente (matas ciliares, reserva legal), filtrando os impactos negativos oriundos de tais atividades. Dessa forma, restringem-se a emissão de ruídos, os pisoteios, a poluição e outros efeitos prejudiciais.

Com a compreensão do conceito de zoneamento é possível ordenar uma série de atividades, desde a zona apta a atividades mais intensas até a zona que merece proteção integral.

Etapas 4 – Definir manejo da área

O constante monitoramento da visitação e dos possíveis impactos é fator indispensável para a manutenção dos recursos e da qualidade dos serviços. Muitos impactos não podem ser previstos com antecedência e deve-se fazer o acompanhamento constante das possíveis mudanças oriundas das ações.

A dificuldade de acesso é uma possibilidade de limitação do uso de áreas, sobretudo naquelas protegidas, de grande sensibilidade. A limitação do tamanho do grupo serve para o controle dos impactos, embora não garanta a excelência da

visita. Em geral, um guia ou condutor deve acompanhar um máximo de nove visitantes, a fim de prestar atendimento adequado e manter o ambiente o mais protegido possível.

Para manter sob controle os impactos advindos da prática de visitação a áreas naturais, o processo de planejamento pode tornar-se uma ferramenta eficaz e indispensável. É por intermédio dele que se decide que condições são desejadas no futuro, que objetivos pretende-se atingir. Manter o que está bem e melhorar o que não está. A questão é definir como se chega a essas condições e como se maneja as ações.

Assim, torna-se necessária a seleção de indicadores que orientarão ações preventivas e corretivas e ditarão oportunidades que se relacionem com as inquietudes expressas pelos visitantes. Através da seleção desses indicadores se estabelecerá um programa de monitoramento que poderá ser ajustado de acordo com as necessidades.

A fim de diminuir os impactos, algumas ações são de resultado imediato, facilmente perceptível. Dentre elas pode-se citar a limitação do número de visitantes, evitar visitação em áreas sensíveis e para serviços de limpeza e descanso da fauna.

Deve-se compreender que a capacidade de receber visitantes de uma área deve estar relacionada a dois fatores primordiais. O primeiro é o impacto dos visitantes sobre os recursos; trata-se, portanto, de um componente biofísico. O segundo é o tipo e a qualidade da experiência vivenciada pelo visitante, através de suas atividades de recreação, compreensão do local e interações com os processos culturais e humanos.

Uma vez entendido que o número de visitantes não é o único causador de impactos em uma área, deve-se atentar para a experiência turística da atividade proposta, determinando as condições desejáveis no presente e no futuro e o quanto de mudança poderá ser tolerado em diferentes zonas.

Um fator que terá influência direta na relação visitante/área é a capacidade de manejo do local. Neste ponto, devem-se considerar fatores como:

- Segurança, incluindo fiscalização;
- Possibilidade de acidentes;
- Combate a incêndios;
- Primeiros socorros, levando em conta tanto a segurança dos ecossistemas quanto a do visitante;
- Acompanhamento capacitado da visita, através de guias especializados ou condutores quando couber;
- Folhetos específicos ou trilhas sinalizadas;
- Tratamento de resíduos com coleta adequada de lixo, evitando acúmulos prejudiciais aos visitantes e à fauna;
- Abastecimento de água;
- Destino e tratamento adequado de esgoto;
- Mapeamento adequado da área destinada a visita.

Etapas 5 – Identificar características de cada área

Em síntese, o zoneamento efetivo só poderá ser determinado ponto a ponto se respeitar às influências naturais de cada espaço. A partir do conjunto dessas

informações, pode-se chegar a um planejamento que envolva a região como um todo, passo importante na organização de um projeto de turismo rural.

Cada área apresentará condições físicas e possibilidades de uso de seus recursos diferenciados. Portanto, é necessário o conhecimento da qualidade, da quantidade e do estado dos recursos, avaliando-se sua fragilidade e seu grau de vulnerabilidade para o uso.

Deve-se ter o conhecimento total das condições ambientais existentes antes do início do projeto. Ao mesmo tempo, devem-se considerar as influências sofridas por essas áreas no que se refere à capacidade estrutural, aos fatores sociais e de manejo, itens que influenciarão diretamente as possibilidades maiores ou menores de seu uso.

Etapas 6 – Determinar capacidade de suporte de cada área

A capacidade de suporte deve ser calculada área por área, zona por zona, trilha por trilha e, assim, após os cálculos necessários, chega-se a um número que poderá expressar, o mais aproximadamente possível, as reais condições de suporte identificáveis no projeto da atividade turística. Como exemplos de estudos a serem realizados na determinação de capacidade de suporte de uma área estariam:

- O número de pessoas por trilha;
- Quantidade admissível de encontros entre grupos durante uma visita;
- Quantidade de construções possíveis de serem executadas sem interferência na paisagem;
- Quantidade de pontes e desvios que não afete os cursos de água.

4.3 Conscientizar o visitante

A utilização de áreas rurais para vivenciar experiências deve estar inserida em uma preocupação de incremento da conscientização ambiental, proporcionando ao visitante a possibilidade de envolvimento com as questões ecológica do local, conhecimento dos sistemas naturais de cultivo e criação de animais para subsistência e fonte de renda, e das culturas envolvidas no processo. A questão central surge da necessidade de se buscar a forma adequada de proporcionar essa vivência ao visitante. O importante é desenvolver uma fórmula que alie o prazer da visita a um aprendizado enriquecedor, capaz de orientar o visitante quando da sua permanência e gerar compreensão das questões ecológicas. O visitante deve se sentir parte do meio e, portanto, se interessar pelas particularidades dos modos de vida típicos da cultura rural local.

As informações a serem repassadas ao visitante relativas ao atrativo turístico devem ser feitas já na recepção do turista. De preferência, é ideal que se tenha um local destinado à recepção, o que tanto pode ser um centro de visitantes e de informações quanto a própria sede da propriedade, dando assim, um ar mais aconchegante e característico para o visitante. Além de palestras, orientações e informações a serem repassadas de forma interativa, é importante num segundo momento do empreendimento, desenvolver folhetos explicativos sobre o atrativo turístico. Os folhetos podem suprir possíveis deficiências de comunicação quando não se tem uma estrutura compatível para a recepção do visitante.

O folheto deve suprir as deficiências de comunicação e orientação ao visitante, transmitindo informações quanto às características naturais da propriedade rural, à localização, aspectos importantes quanto ao uso correto dos recursos,

regulamentos para a visitação, horários e dias de visita, atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade e informações turísticas.

Algumas dificuldades quanto à distribuição de folhetos podem ser encontradas ao não dispor de lugares apropriados para expô-los. Os locais de hospedagem, alimentação, locais públicos e lazer dos municípios circunvizinhos poderão garantir a distribuição do material aos visitantes. Outra dificuldade é a necessidade de uma constante atualização dos dados de informação turística, o que pode tornar o expediente oneroso.

A participação da comunidade local e autoridades de cidades vizinhas é fator fundamental para a divulgação e conseqüente sucesso do empreendimento. No momento em que a comunidade percebe o quanto seu papel pode influenciar na valorização e reconhecimento da atividade turística, ela passa a agir como parceira, e, portanto, elegível de possíveis ganhos socioeconômicos para si. O planejamento do empreendimento deve prever isso. Como um círculo vicioso benéfico para todos, na medida em que a população se sente parte do processo, ela se engaja em causa própria e todos têm a ganhar. A propaganda e publicidade do empreendimento, seja boca-a-boca, ou por vias mais sofisticadas como distribuição de folhetos, *internet* e agências de turismo será um processo contínuo e progressivo, desde que o empreendedor esteja atento a inovações, e principalmente preocupado com a satisfação do cliente. Antecipar os desejos dos clientes é uma constante para qualquer tipo de negócio.

4.4 A importância das trilhas

Em geral, as trilhas compõem uma importante ação na organização de uma área natural para o turismo rural, já que permitem o acesso às áreas mais interessantes do ponto de vista ecológico e cênico e auxiliam no contato direto do visitante com a natureza. Além disso, planejar boas trilhas constitui-se em ação capaz de minimizar os possíveis impactos de forma segura e adequada, além de mostrar a organização e zelo dos responsáveis pelo manejo da área.

Como trilha, entende-se os caminhos abertos para transporte, deslocamento, acessos e que, no caso do turismo rural, funcionam como aliadas na interpretação ambiental, possibilitando uma experiência positiva ao visitante²¹.

Entre suas finalidades podemos citar:

- Acesso;
- Fins organizacionais e administrativos;
- Interpretação da natureza;
- Acesso a áreas silvestres;
- Relação mais íntima com o meio ambiente.

No planejamento inicial de uma trilha, devem-se identificar algumas etapas, tais como:

- Verificar os pontos de controle e identificar pontos adicionais nas fotos ou mapas;
- Determinar a viabilidade do traçado mapeado;

²¹ Machado, A. Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005. 232p.

- Encontrar o melhor traçado, segundo o objetivo da trilha;
- Identificar características naturais que melhorem a qualidade da experiência do usuário;
- Verificar se o traçado é apropriado para a construção e a manutenção da trilha.

As trilhas em ambientes abertos – como campos, pastagens, banhados e dunas – apresentam problemas quanto ao controle de sua extensão, tendendo a alargar-se, pois não há limites naturais. Há dificuldades para o controle do grupo na trilha, uma vez que o espírito aventureiro dos participantes poderá se manifestar, levando-os a novos caminhos ou mesmo a buscar desvios e atalhos a fim de fugir de possíveis obstáculos.

Naquelas localizadas em ambientes fechados – como no interior de matas e florestas –, o grupo pode correr algum perigo ao enfrentar obstáculos como galhos, cursos de água, pedras e declives acentuados, o que poderá causar sérios impactos na área.

Na medida do possível, as trilhas devem aproveitar as características naturais da área, buscando o trajeto mais natural possível, que possibilite o deslocamento de maneira adequada e evite impactos ao ambiente. Contudo, às vezes é necessário realizar algumas alterações no ambiente, como a retirada de vegetação, poda, desvio de cursos de água e outras. Esses procedimentos devem seguir especificações técnicas, a fim de passarem despercebidos pelos visitantes.

Para cumprir sua missão no processo de conhecimento do ambiente natural onde estão inseridas, as trilhas devem ser bem determinadas, ter uma finalidade

clara, serem organizadas de forma simples e propiciar uma experiência enriquecedora a quem as utilizam.

4.5 O turismo e a inclusão social

Quinto maior país do mundo, com a quinta maior população mundial, o Brasil tem milhões de brasileiros que se deparam com uma vida de pobreza e exclusão. Criatividade e inovação são exigidas do governo brasileiro e de seus parceiros, locais e internacionais, para combater as desigualdades persistentes. Como inicialmente afirmado, o objetivo da presente monografia é apresentar uma visão de como o Turismo Rural pode contribuir para a inclusão de milhões de brasileiros de tradição rural que vinculam seu sustento, em menor ou maior escala, da produção advinda da zona rural, considerando o desenvolvimento turístico rural como instrumento de inclusão fundamentada nos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

O Brasil é uma nação rica, com enormes recursos naturais, humanos e tecnológicos. No índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (IDH) de 2006²², o Brasil alcançou uma classificação “média” em desenvolvimento humano de 0,79 numa escala que vai de zero a um, ocupando 69º lugar entre 177 países. O país tem realizado avanços extraordinários nos últimos 50 anos. Contudo, a população marginalizada não desfruta dos benefícios correspondentes. Os indicadores agregados disfarçam uma série de extremos e desigualdades existentes em termos de situação econômica, região, etnia, gênero e divisões urbano-rurais.

²² http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2388&lay=pde – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2006. Acessado em: 15/3/07.

Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento²³, aproximadamente 54 milhões, ou 32% dos brasileiros, vivem com menos de US\$2 por dia e a pobreza extrema (menos de US\$1 por dia) afeta cerca de 10% da população total. Os brasileiros mais pobres encontram-se na região nordeste e nas periferias dos principais centros urbanos, problema que vem aumentando com o crescente êxodo rural estimulado pela ilusão de que nas cidades essas populações podem adquirir melhores condições de vida. Em contraste com esse nível de pobreza, está uma riqueza impressionante. O relatório mostra também que, quase 2 milhões de crianças no mundo morrem todos os anos por falta de um copo de água limpa e banheiro em suas casas. Fora dos domicílios, a disputa pela água para produção se intensifica, prejudicando os menos favorecidos das áreas rurais e o meio ambiente. O texto recusa a idéia de que a crise mundial da água é resultado da escassez e defende que a pobreza, o poder e as desigualdades é que estão no âmago do problema. O relatório aponta que, no ritmo atual, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionadas a saneamento e água não serão cumpridas no prazo. O índice *Gini* do Brasil é de 0,58 colocando o país entre os países com maior desigualdade no mundo²⁴. O índice de *Gini* Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

²³ <http://www.pnud.org.br/rdh/> – Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) – 2006. Acessado em: 15/3/07.

²⁴ http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2390&lay=pde
Acessado em: 15/3/07.

Após vinte anos de governos militares, o governo brasileiro iniciou, na década de 1990, um rigoroso processo de reforma fiscal e administrativa visando a redução dos gastos públicos e o aprimoramento da eficiência na gestão da máquina pública. Teve início um processo de descentralização do fornecimento de serviços para os níveis estadual e municipal, os quais, em muitos casos, não contavam com os recursos financeiros ou humanos para a implementação dos programas. O conceito brasileiro de cidadania foi exaltado na CF de 1988 e tornou-se a base da democracia brasileira. Cidadania refere-se aos elementos básicos de participação dos cidadãos e à proteção dos direitos humanos; reconhece que todo cidadão tem direitos, bem como responsabilidades associadas a esses direitos. Devido em parte a essas reformas, os indicadores de saúde e educação têm melhorado significativamente no Brasil. A cobertura desses serviços promoveu o desenvolvimento social do país, mas ainda resta muito a fazer para se garantir serviços de qualidade e equidade para todos.

O (PPA) Plano Plurianual do governo federal²⁵ estabelece os objetivos nacionais do governo. Dentre outros aspectos, visa atingir a estabilidade macroeconômica para sustentar o crescimento econômico e valorar a cidadania, assim como a inclusão social da população marginalizada, com o apoio de uma administração fiscal responsável e sustentada. O PPA é formado por três áreas programáticas:

- Inclusão social e redução das desigualdades sociais incluindo segurança alimentar, acesso universal à previdência social, aprimoramento da qualidade do sistema educacional, reforma urbana, redução da vulnerabilidade à violência e redução das desigualdades de gênero e étnica;

25

http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/publicacoes/desafio_governamental.htm
Acessado em: 15/3/07.

- Crescimento econômico ambientalmente sustentável, com ênfase no emprego e na geração de renda, reduzindo, ao mesmo tempo, as desigualdades regionais, incluindo estabilidade macroeconômica, acesso democrático ao crédito, aumento da força de trabalho mediante treinamento profissional e regulamentação, redução das desigualdades regionais e intra-regionais e promoção da participação popular no desenvolvimento local, reforma agrária, melhoria da gestão ambiental e fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas;
- Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, incluindo direitos humanos, integração dos povos indígenas respeitando sua identidade cultural, segurança pública, administração pública renovada, incorporando princípios de ética, transparência e descentralização.

Embora o PPA contemple aspectos socioeconômicos e ambientais, na prática o desejável está muito além do que realmente se executa. Governos iniciam e terminam com discursos nas áreas da inclusão social, alimentar, educacional, digital, habitacional, saúde e outras. Porém, as mudanças são lentas e às vezes retrógradas. Esquecem que a tal inclusão não se dará senão pela promoção do desenvolvimento do país em todos os setores: saúde, educação, infra-estrutura, acesso à água potável e saneamento básico, melhorias nos meios de transportes, desenvolvimento de tecnologias para produção de energias alternativas. Políticas públicas participativas com a sociedade e a iniciativa privada que visam o desenvolvimento coletivo do país. Dentre essas políticas, vale citar um dos setores que mais crescem no mundo - o turismo. Um setor diverso, complexo e multidisciplinar que pode aproveitar os potenciais do Brasil em termos de cultura, etnia, diversidade biológica e paisagens urbanas, rurais e naturais encontradas no

país. Contudo, torna-se um desafio promover a atividade turística sem antes solucionar os gargalos de desenvolvimento primário já citados e de que o país carece.

Os governos ainda esquecem-se que a pobreza no Brasil é resultado da falta de desenvolvimento, não da falta de renda, haja vista que a mesma é mal distribuída. Todavia, não se deve falar em desenvolvimento sem antes relacionar com equidade e cidadania. Equidade conceituada como o grau relativo de propriedade e acesso à riqueza, oportunidade e participação dentro de uma sociedade. Que seja medida por meio da comparação de grupos diferentes dentro de uma sociedade, em relação aos níveis de renda, de acesso a serviços, de propriedade de bens produtivos e de participação política e social e na tomada de decisões. A equidade é uma relação dinâmica entre a redução da pobreza e o crescimento. Os níveis de equidade têm impacto direto sobre o ponto até onde o crescimento influencia a redução da pobreza, e a redução da pobreza influencia o crescimento, promovendo dignidade e cidadania à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema eleito para este trabalho – Turismo Rural: uma ferramenta de inclusão social – os passos do planejamento, não mereceu até os dias atuais, o estudo necessário capaz de produzir o referencial teórico que pudesse sustentar o dimensionamento de uma política regional e nacional das atividades econômicas que o setor requer.

Buscou-se a superação de tal deficiência com a coleta de informações, a mais completa possível, com vistas a um estudo exploratório que orientou o desenvolvimento do tema escolhido. As limitações firmaram a consciência de que o presente estudo não teve pretensão de esgotar o assunto. Apenas, modestamente, mostrar a dimensão de sua abrangência. Também, é de se reconhecer que as informações levantadas não permitiram aprofundamento maior sobre o tema, a ponto de fazer emergir um referencial teórico capaz de sustentar, em definitivo, os resultados desejados do estudo proposto.

Na contramão da concentração de renda e no estímulo à atividade turística rural, este trabalho propõe o Turismo Rural como um instrumento de inclusão social que valorize as características socioeconômicas, ambientais e culturais a nível local e regional de forma a seguir as tendências do mercado turístico brasileiro na busca de novas experiências, na personalização dos pacotes e na segmentação turística.

Para tanto, a natureza das relações entre a atividade turística e seus locais de destino deve ser pesado de forma cuidadosa e limitada à realidade de cada projeto turístico rural que se pretende implementar. Na noção tradicional do turismo, essas relações têm um caráter predatório – o empreendimento turístico beneficia-se do

patrimônio local deixando muito pouco em troca, e termina exaurindo ou transfigurando os recursos naturais e culturais de determinado destino, inviabilizando sua continuidade. O paradigma apresentado neste trabalho, o Turismo Rural como instrumento de inclusão social, propõe uma correção dessa forma predatória, de maneira que a atividade possa perpetuar-se com a valorização do patrimônio turístico dos destinos e contribua para a inclusão do homem do campo, evitando o êxodo rural e estimulando a produção agropecuária sustentada.

Um outro aspecto importante a se ressaltar refere-se à visão do turista tradicional que visita um determinado destino e aquele que se sente co-responsável pelos seus atos e deseja contribuir, por meio da prática turística, no exercício de sua cidadania. Na visão tradicional o sujeito da atividade turística constitui a sua satisfação como fim último do empreendimento. A partir do novo paradigma aqui proposto, a atividade turística passa a ser um meio cuja finalidade é o desenvolvimento socioeconômico com conservação ambiental das regiões rurais turísticas. O sujeito da atividade turística passa a ser constituído também pelos participantes da cadeia produtiva, entre os quais as populações locais dos destinos, o que pode incrementar os benefícios líquidos da atividade. Neste sentido, o foco da atividade turística deve ser a população rural local e a comunidade da qual ela esta inserida e que detém os ativos naturais e culturais, dos quais, em última instância, depende a atividade turística aqui proposta.

Apesar deste trabalho propor como tema, o Turismo Rural como um instrumento de inclusão social, o caminho para atingir seus objetivos, também assume um foco no desenvolvimento sustentável e na capacidade de geração de benefícios socioeconômicos pelo turismo, que inclui a criação de portas de saída de

alívio à pobreza. A importância do crescimento da demanda não deve ser negligenciada pelos atores envolvidos na atividade nem pelo poder público, pois a riqueza gerada por essa demanda é que propiciará os benefícios esperados com a implementação de um projeto baseado nas premissas apresentadas neste trabalho.

A focalização das políticas deverá priorizar destinos cuja demanda tem capacidade ou potencial para compensar os investimentos públicos e privados no empreendimento de Turismo Rural. Daí a importância do planejamento participativo de forma a dinamizar o turismo sustentável e de criação de novas oportunidades socialmente inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cals J.; Capelà J. e Vaqué E. – **El turismo en el desarrollo rural en España** - Madrid – Ministério de la Agricultura – 1995.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo, Cortez Editora, 1995. 429 p.

Figueira, Ana Paula – **A oferta de alojamento de turismo em espaço rural no Baixo Alentejo** – Beja – Beja – Portugal – 1998.

Globo Rural, **Turismo rural na pequena propriedade – Trem da Serra**, Brasil 1998.

Graziano da Silva, José, *et alli* – **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil – Projeto Rurbano** – Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, 1999.

Machado, Álvaro – **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2005. 232p.

Marsden, Terry – **Towards the political economy of pluriactivity** - Great Britain – Journal Rural Studies, 1990.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil** – Documentos Institucionais 01-Brasília, 2005.

Oxinalde, Miguel Del Regviero – **Ecoturismo – nuevas formas de turismo en el espacio rural** – Barcelona – Bosch Casa Editorial – 1994.

Ruschmann, Doris – **Ruralismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente** – Papirus, Campinas, 1997.

Sathler, Evandro, *et alli* – **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável – um estudo de caso** – Universo, Niterói, 1997.

Sathler, Evandro, *et alli* – **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável – Projeto Rurbano**, Instituto de Economia, Unicamp, 1998.

Sato, M.; Santos, J. E. **Agenda 21 em sinopse**. São Carlos, 1996. 41 p. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos.

Szklarowsky, Leon Frejda – **SNUC –Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** – Internet – “Site da Maturidade.htm” – 2001. Acessado em 10/3/07.

Teixeira, Vanessa Lopes – **Turismo rural na região serrana do Estado do Rio de Janeiro – Projeto Rurbano** – Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, 1998.